



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS

MATEUS DA LUZ MACIEIRA

**LEITURA LITERÁRIA E REMIÇÃO DE PENA NO PRESÍDIO PADRÃO DE
SANTA RITA-PB:**

Uma análise da conjuntura atual e propostas de melhorias para projetos artístico-literários

João Pessoa

2024

MATEUS DA LUZ MACIEIRA

**LEITURA LITERÁRIA E REMIÇÃO DE PENA NO PRESÍDIO PADRÃO DE
SANTA RITA-PB:**

Uma análise da conjuntura atual e propostas de melhorias para projetos artístico-literários

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Letras – Língua Portuguesa.

Orientador (a): Ana C. Marinho Lúcio

João Pessoa

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M1521 Macieira, Mateus da Luz.

Leitura literária e remição de pena no Presídio Padrão de Santa Rita-PB: uma análise da conjuntura atual e propostas de melhorias para projetos artístico-literários / Mateus da Luz Macieira. - João Pessoa, 2024.

50 f. : il.

Orientador: Ana Cristina Marinho Lúcio.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2024.

1. Leitura Literária. 2. Literatura. 3. Ambiente prisional. 4. Educação. I. Lúcio, Ana Cristina Marinho. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 82:37

**LEITURA LITERÁRIA E REMIÇÃO DE PENA NO PRESÍDIO PADRÃO DE
SANTA RITA-PB:**

Uma análise da conjuntura atual e propostas de melhorias para projetos artístico-literários

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Letras, do Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito parcial para a
obtenção do título de licenciado em Letras –
Língua Portuguesa.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Ana Cristina Marinho Lúcio (CCHLA/UEPB)
Orientadora

Prof.^a Dra. Rinah Araújo (CCHLA/UEPB)
Examinadora

Prof.^a Dra. Alyere Farias (CCHLA/UEPB)
Examinadora

AGRADECIMENTOS

À minha família, por todo o apoio que me deram ao longo do curso. Em especial, à minha mãe (Luciene), meu pai (Maurílio), minha irmã (Milca) e meu tio (Marcelo).

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Ana Marinho, pelo acolhimento humano e acadêmico, ao valorizar e perceber potencial em meu jeito tímido e reservado.

Aos meus docentes da graduação, especialmente às professoras Rinah Araújo, Alyere Farias, Juliene Pedrosa, Edjane Gomes, Franciane Conceição, Maria Leonor, Regina Baracuhy, Luciana Deplagne, Lisiê Martins (CE) e aos professores Tiago Rodrigues, Expedito Ferraz, Valnikson Viana e Pedro Francelino.

Aos meus pets (gatos): Sheamus, José Hudson, Babi, Bibi e ao meu saudoso Cafezinho, por me ajudarem no tratamento contra a ansiedade e o estresse.

A todos os funcionários do Presídio Padrão de Santa Rita-PB, os quais me receberam com muito acolhimento e respeito durante a pesquisa.

Ao Pr. Eliú Nicácio, por todo auxílio e intermédio nos meus primeiros contatos com a direção do Presídio Padrão de Santa Rita-PB.

Aos meus colegas e amigos do curso.

Aos meus professores da educação básica.

Aos motoristas do transporte universitário de Santa Rita-PB.

Aos gatinhos e gatinhas da UFPB – Campus I.

"Ler é um remédio santo para a mais complexa das doenças que é a solidão. Ninguém está só, havendo um livro para ler".

(Carlos Ceia)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral, compreender a relevância de práticas de leitura literária dentro do contexto penitenciário e de que maneira a literatura pode se tornar um recurso considerável no processo de "recuperação" de detentos. Utilizando conceitos teóricos de autores como Cosson (2015), Candido (1989), Foucault (2019), Carrascosa (2015) e Goffman (1961) para discutir noções tanto sobre o papel da literatura em ambientes prisionais quanto sobre o próprio ambiente prisional enquanto espaço disciplinar e punitivo, a pesquisa se fundamenta no princípio de que a educação e a literatura – enquanto direito humano (Silva e Peruzzo, 2019) – , podem realmente provocar melhorias significativas mesmo em um espaço adverso como o ambiente prisional. Entre os procedimentos metodológicos, inclui-se observações *in loco*, entrevistas com funcionários do Presídio Padrão de Santa Rita-PB, além de avaliações qualitativas acerca das condições tanto estruturais quanto educacionais acerca deste presídio (fiz visitas periódicas à instituição prisional no período compreendido entre fevereiro a setembro de 2024). A partir de verificações de um ambiente prisional na prática, acompanhadas de pesquisas sobre a importância da literatura nesse contexto, verificou-se que a leitura literária possibilita a (re)construção de habilidades críticas, expressivas, comunicativas, identitárias e sociais aos detentos. Ao sugerir a implementação de algumas metodologias e abordagens – no que diz respeito às práticas de leitura literária – no Presídio Padrão de Santa Rita-PB, a pesquisa indica que apenas com auxílio de diversos componentes da sociedade – quer seja o poder público, quer seja os cidadãos civis em geral – se pode aperfeiçoar programas educacionais no sistema penitenciário brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura Literária. Literatura. Ambiente prisional. Ressocialização. Educação.

ABSTRACT

The general aim of this research is to understand the relevance of literary reading practices within the prison context and how literature can become a considerable resource in the process of “recovering” inmates. Using theoretical concepts from authors such as Cosson (2015), Candido (1989), Foucault (2019), Carrascosa (2015) and Goffman (1961) to discuss notions both about the role of literature in prison environments and about the prison environment itself as a disciplinary and punitive space, the research is based on the principle that education and literature – as a human right (Silva and Peruzzo, 2019) – can actually bring about significant improvements even in an adverse space such as the prison environment. The methodological procedures include on-site observations, interviews with staff at the Standard Prison of Santa Rita-PB, as well as qualitative assessments of both the structural and educational conditions of this prison (I made periodic visits to the prison institution between february and september 2024). From verifications of a prison environment in practice, accompanied by research into the importance of literature in this context, it was found that literary reading enables the (re)construction of critical, expressive, communicative, identity and social skills for inmates. By suggesting the implementation of some methodologies and approaches – with regard to literary reading practices – in the Standard Prison of Santa Rita-PB, the research indicates that only with the help of various components of society – whether public authorities or civil citizens in general – can educational programs be improved in the Brazilian prison system.

KEYWORDS: Literary reading. Literature. Prison environment. Resocialization. Education.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	10
1.1 Contextualização do problema: os desafios enfrentados por detentos em ambientes prisionais.....	11
1.2 Justificativa da pesquisa: a leitura literária como ferramenta de desenvolvimento pessoal e cultural no ambiente prisional	12
1.3 Objetivos do estudo.	14
1.4 Contextualização do campo de estudo.	15
1.5 Procedimentos metodológicos	17
2 ATRÁS DAS GRADES: REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA CARCERÁRIO	19
2.1 O espaço prisional: considerações sobre o controle, a disciplina e a vigilância na vida dos detentos.....	20
2.2 O “poder” nas instituições prisionais e suas técnicas de “despersonalização”: a perda da identidade por parte dos encarcerados	23
3 A LITERATURA NO CONTEXTO PRISIONAL: ABORDAGENS E POSSIBILIDADES PARA A PRÁTICA DE LEITURA LITERÁRIA	27
3.1 Percepções sobre atividades artístico-literárias no espaço prisional: uma breve análise no Presídio Padrão de Santa Rita-PB.	33
3.2 Práticas de leitura literária em instituições prisionais: propostas de métodos e recursos educacionais.....	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa busca explorar a complexa realidade do ambiente prisional brasileiro, refletindo sobre os desafios enfrentados pelos detentos e o papel da leitura literária como ferramenta de expressão artístico-cultural e desenvolvimento socioeducativo. A pesquisa se justifica pela necessidade de encontrar alternativas eficazes para a humanização e o fortalecimento (ou uma recuperação) da identidade dos encarcerados, destacando a relevância de obras literárias como um meio produtivo nesse contexto.

O sistema prisional brasileiro, marcado por condições desumanas e superlotação (Boechat e Kastrup, 2009), frequentemente falha em seu propósito de reabilitar os detentos, contribuindo para a perpetuação de ciclos de delinquência e exclusão social. A despersonalização e a perda de individualidade são aspectos comuns no cotidiano prisional, onde os detentos são submetidos a uma disciplina rigorosa e a um controle exaustivo de suas ações, culminando em uma realidade opressiva que dificulta a reinserção social após a libertação (Oliveira; Fernandes; Silva; 2023; Kuchnir, 2022; Rangel & Bicalho, 2016; Assis, 2023).

O estudo tem como objetivo principal analisar a relevância da leitura literária no contexto penitenciário, propondo metodologias para a implementação de projetos literários que possam contribuir para a formação crítica e humanística dos reclusos. A investigação se baseará na análise crítica do contexto prisional, em levantamentos bibliográficos sobre a importância de práticas de leitura literária em espaços não-escolares – como na detenção – e em um estudo de caso no Presídio Padrão de Santa Rita-PB, onde se buscou observar *in loco* nuances relevantes e avaliar as percepções de funcionários sobre atividades literárias (ou a falta delas) realizadas. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a prática da leitura literária, com seu aspecto artístico, histórico e estético-cultural, possa servir como um meio eficaz de humanização e de desenvolvimento pessoal.

Aliás, de acordo com Candido (1989), a literatura é essencial para a humanização, reafirmando a humanidade do indivíduo. O autor também argumenta que a literatura não tem o poder de corromper ou edificar moralmente, mas ao apresentar tanto o bem quanto o mal, proporcionando uma humanização profunda ao permitir que se vivencie essas experiências.

Mascaro (2011) argumenta que a literatura não é uma experiência inofensiva, mas sim uma aventura que pode ter impactos psíquicos e morais, transfigurando e refletindo sobre a

vida. A relação entre a linguagem escrita e a compreensão incita no leitor a capacidade de entender, pois a *palavra* deve ser interpretada sem auxílio adicional, conduzindo-o a refletir sobre os conceitos apresentados.

Além disso, para Mascaro (2011) a leitura é considerada uma prática essencial da educação humanista, pois proporciona uma dimensão ética ao articular sentimentos e valores como amor e ódio. Assim, a autora aponta ainda que a literatura também pode ser vista como uma prática de reconstrução do mundo através das palavras, recriando a realidade com a ajuda da imaginação.

Ademais, Silva e Fernandes (2020) defendem que a leitura literária serve como um recurso para o sujeito se conectar com o mundo (mesmo estando concretamente, na prática, distante dele – como é o caso dos detentos), desenvolvendo seus aspectos críticos e capacitando-o a reconhecer as muitas vozes existentes na sociedade.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA: OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR DETENTOS EM AMBIENTES PRISIONAIS

Em geral, o cotidiano nas instituições prisionais é marcado pela brutalidade, pela ausência de assistência adequada e por uma série de dinâmicas de poder que reforçam a violência. Esse panorama não apenas dificulta a reabilitação dos detentos, mas frequentemente agrava os comportamentos violentos, levando muitos a saírem da prisão mais agressivos do que quando entraram (Andrade & Ferreira, 2014). Para Carrascosa (2023)¹, a prisão exemplifica um projeto nacional que, embora se proclame “democrático”, perpetua a desigualdade e a segregação racial, de gênero e de classe social.

Um dos maiores desafios enfrentados pelos detentos é a “perda” de identidade² resultante do rígido controle e disciplina impostos pelo sistema penitenciário. Ao adentrarem no ambiente carcerário, os indivíduos são submetidos a uma série de degradações e humilhações que visam a mortificação de seu *eu* (Goffman, 1961). A desfiguração pessoal e o rebaixamento

¹ **FLIP - Festa Literária Internacional de Paraty**. Mesa 8 | Uma prisão mortal, com Joice Berth, Denise Carrascosa e Manuela d'Ávila - áudio original. YouTube, 24 nov. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ypODV9qsCY>. Acesso em: 15 mar. 2024.

² Para Marías (1997), essa "perda de identidade" mesmo que influenciada por circunstâncias externas, também envolve uma dimensão pessoal, ou seja, uma escolha de se deixar levar por essas situações. Assim, o autor entende que ainda que a parte principal da identidade não possa ser inteiramente renunciada, ela pode ser pressionada e "danificada" pelas condições impostas pelo sistema prisional.

sistemático fazem parte de um processo contínuo de sujeição, que reduz a autonomia e a individualidade dos detentos (Foucault, 2019).

Além do mais, a superlotação das prisões exacerba a precariedade das condições de vida, resultando em um ambiente propício à disseminação de doenças e à ocorrência de conflitos violentos (Rodrigues *et al*, 2023). A falta de recursos básicos e a insuficiência de programas educacionais e de reabilitação contribuem para a perpetuação de um ciclo de exclusão social. Detentos que não completaram nem o ensino fundamental – uma realidade parcerca de 61% da população carcerária (Silva *et al*, 2021; Jorge *et al*, 2019) – encontram ainda mais dificuldades em acessar oportunidades de reintegração, sendo frequentemente estigmatizados e discriminados no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

A carência (ou uma insuficiência) de atividades socioeducativas no ambiente prisional agrava o cenário adverso, podendo vir a limitar as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional dos detentos. Além disso, a falta de uma abordagem pedagógica que valorize as especificidades culturais e sociais dos reclusos pode impedir a efetividade dos projetos educacionais.

Há, portanto, a necessidade de um ensino que dialogue mais com a realidade dos apenados. Neste contexto adverso, a leitura literária – considerada nesse trabalho como um “direito humano” e como um “fator humanizador” (Silva & Peruzzo, 2019, p. 524), surge como uma interessante ferramenta de humanização e de preparação para a vida em sociedade novamente.

Segundo Silva & Peruzzo (2019), ao se deparar com as experiências de outros personagens na literatura, o leitor não só compreende melhor a sua própria história, mas também, ao praticar a alteridade, transforma-se em personagem e passa a entender mais profundamente o próximo.

1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA: A LEITURA LITERÁRIA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E CULTURAL NO CONTEXTO PRISIONAL

A leitura literária representa uma ferramenta capaz de proporcionar oportunidades significativas de (auto)reflexão e desenvolvimento pessoal e intelectual aos sujeitos – independentemente da situação em que se encontram. A presente pesquisa se justifica pela necessidade de explorar alternativas para a humanização dos detentos dentro do sistema

prisional brasileiro, que frequentemente enfrenta crises estruturais e funcionais. Diante da marginalização social e da despersonalização vivenciada pelos apenados, é essencial buscar técnicas educativas que promovam a valorização do indivíduo e a reconstrução de suas identidades.

A literatura, historicamente, desempenha uma função fundamental na sociedade, na preservação da memória coletiva, na crítica social e na promoção da aceitação e da compreensão das variadas particularidades da experiência humana (Esquinsani & Esquinsani, 2007). No contexto prisional, a leitura literária pode oferecer aos detentos um espaço de (re)conexão consigo mesmos, com sua cultura e com a sociedade à qual pertencem – atuando também como um meio de "resistência" à "inevitável" desumanização posta pelo ambiente prisional, ao permitir que os detentos encontrem no texto literário, formas de expressão e reflexão comumente negadas em seu cotidiano.

De forma geral, a educação é apontada como uma ferramenta insubstituível para a mudança (um desenvolvimento) social, desempenhando uma função central na geração de sujeitos críticos e conscientes. Mais especificamente no contexto prisional, a educação pode assumir um papel ainda mais significativo como agente de transformação, pois concede aos detentos a oportunidade de desenvolver um pensamento crítico para que eles possam pensar sobre suas realidades e sobre a sociedade como um todo. Nessa direção, Silva e Fernandes (2020) apontam que

a educação tem um importante papel na transformação social, a sociedade não seguirá caminhos diferentes se não produzir indivíduos pensantes, capazes de entender o mundo em que vivem e promover por meio de suas ações a transformação da sociedade (p. 6).

Tratando-se da necessidade do uso de textos literários no contexto penitenciário, Silva (2021) argumenta que a literatura é indispensável para a formação dos leitores sob detenção penal, uma vez que ela manifesta questões históricas, políticas e sociais que refletem as experiências e pensamentos dos sujeitos seja em qualquer época e/ou lugar.

Ao propor métodos de educação (literária) e expressão artística dentro das penitenciárias, essa pesquisa poderá otimizar as perspectivas futuras para o ensino no ambiente prisional, pois os espaços carcerários frequentemente sofrem com a falta de oportunidades educacionais adequadas e/ou mais estimulantes. Ao sugerir e sondar métodos e abordagens de práticas de leitura literária, a pesquisa, afinal, teria a possibilidade de abrir novos horizontes para a educação dentro das prisões, oferecendo aos detentos acesso a formas de aprendizagem alternativas e culturalmente pertinentes.

As conclusões levantadas na pesquisa e seus possíveis desdobramentos poderão influenciar diretrizes e ações relacionadas ao ensino de literatura e expressão artística em contextos prisionais, já que ao evidenciar os benefícios reais da leitura literária, a pesquisa pode impactar a implementação de programas educacionais mais amplos e inclusivos nas “instituições disciplinares”.

1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO

O principal objetivo da pesquisa consiste em analisar a relevância de práticas de leitura literária dentro do contexto penitenciário. Pretende-se compreender de que maneira a literatura pode se tornar um recurso eficaz no processo de "recuperação" dos detentos, contribuindo para a reconstrução de suas identidades e para a valorização cultural e intelectual dos apenados. Além disso, os objetivos específicos são:

Explorar como a leitura literária pode servir como uma ferramenta de desenvolvimento pessoal, social e cultural em ambientes prisionais, considerando as diversas formas literárias e suas aplicações;

Discutir o impacto de técnicas de despersonalização, vigilância e disciplina no sistema penitenciário brasileiro e suas implicações para a reinserção social dos detentos;

Analisar, a partir das observações *in loco* e de entrevistas realizadas no Presídio Padrão de Santa Rita-PB, as práticas e os desafios relacionados à educação e à leitura literária, propondo métodos e abordagens para incentivar a implementação de novos projetos literários na instituição;

Contribuir para a discussão acadêmica sobre o impacto de atividades literárias e artísticas na construção de um ambiente prisional mais colaborativo e inclusivo, por meio de levantamentos realizados no Presídio Padrão de Santa Rita-PB, fornecendo dados que possam apoiar a elaboração de políticas públicas voltadas para a inclusão educativa e cultural dos detentos de modo geral.

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO: O ESTUDO DE CASO NO PRESÍDIO PADRÃO DE SANTA RITA-PB

O Presídio Padrão de Santa Rita (PPSR), localizado na Rua Três – Vidal de Negreiros, S/Nº, Santa Rita-PB, está em operação desde 2001. Com uma capacidade máxima de 154 vagas, atualmente o presídio abriga 377 detentos (pelo menos até 05/09/2024), revelando o grave problema de superlotação que afeta o sistema prisional brasileiro. Muitos desses presidiários que lá estão já têm a condenação judicial, embora também haja alguns detentos provisórios.

Figura 1 - Entrada do Presídio Padrão de Santa Rita-PB



Fonte: Acervo pessoal (2024)

O estudo de caso no PPSR foi conduzido com o auxílio de um dos diretores da unidade, identificado aqui como "Machado" – visando preservar sua real identidade –, que possui 9 anos de experiência nessa penitenciária e um total de 15 anos de atuação na Polícia Penal da Paraíba.

De acordo com Machado, o PPSR é dividido em dois andares com 40 celas no total, onde os detentos são separados de acordo com sua vinculação a três grandes facções rivais que estão presentes na penitenciária. Além disso, há um quarto grupo denominado como "Seguro", composto por detentos que não pertencem a nenhuma das facções e precisam ser mantidos afastados dos demais.

O PPSR dispõe de um pátio onde os presos participam de atividades recreativas, religiosas e laborais, como a produção na fábrica de vassouras, trabalhos na cozinha, pintura, manutenção e serviços gerais, cultos espirituais, cultivo de plantações e artesanato. Além disso, segundo Machado, o perfil socioeconômico dos detentos é predominantemente de baixa renda e baixa escolaridade.

Figura 2 - Horta na área interna do PPSR



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Embora Machado considere hoje a condição estrutural da penitenciária de média a boa qualidade, ele aponta que as limitações, agravadas pela superlotação, prejudicam a implementação eficaz de programas educacionais. Além disso, Machado relatou que há uma demanda urgente por maior investimento do poder público no tocante à infraestrutura da unidade prisional.

A penitenciária também possui três salas destinadas ao ensino, sendo que uma delas funciona, simultaneamente, como biblioteca. O sistema educacional do PPSR abrange desde o ciclo 1 (equivalente ao 1º ano do Ensino Fundamental) até o ciclo 6 (equivalente ao 3º ano do Ensino Médio), reforçando a necessidade de promover o direito e o acesso à educação como parte do processo de ressocialização.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos da pesquisa seguem uma abordagem sistemática para investigar o impacto de práticas de leitura literária no desenvolvimento pessoal e social de detentos.

Realizou-se uma análise crítica de textos que abordam a questão prisional brasileira numa visão tanto histórico-discursiva quanto contemporânea, como Carrascosa (2015) aborda em sua pesquisa. Pretendeu-se nesse processo compreender o ambiente prisional também como um espaço disciplinar e discursivo, a partir dos apontamentos realizados por Foucault (2019) e Goffman (1961).

Nessa etapa, também foram pesquisadas as condições educacionais (pré)existentes e identificadas as principais problemáticas, através de análises das práticas pedagógicas já implementadas em contextos prisionais nacionais, buscando identificar lacunas e/ou potencialidades.

Ainda, realizou-se uma revisão bibliográfica de obras que abordam a importância da prática da leitura literária em diferentes cenários, incluindo ambientes prisionais. Teóricos como Cosson (2015), Silva e Fernandes (2020) e Ramos, Panozzo e Zanolli (2008) foram imprescindíveis para se entender como a leitura literária pode contribuir para o desenvolvimento pessoal, crítico e cultural dos indivíduos. Essa revisão teórica forneceu subsídios para a elaboração de propostas pedagógicas adaptadas à realidade do Presídio Padrão de Santa Rita-PB.

Além disso, foi realizado um breve estudo de caso – com uma análise contextual – no Presídio Padrão de Santa Rita-PB, com a realização de entrevistas com um dos diretores da instituição e uma professora de Língua Portuguesa, Literatura e Redação. Quando houve necessidade, trechos das entrevistas foram transcritos (e posteriormente utilizados na pesquisa) visando uma discussão mais bem ilustrada.

De forma geral, o estudo de caso é um método científico que permite ao pesquisador estudar um objeto de forma mais abrangente, levando em conta seu contexto concreto. Como principal vantagem dessa abordagem científica, pode-se mencionar a capacidade de oferecer uma compreensão mais detalhada de fenômenos complexos dentro de seu próprio ambiente, o que pode ser útil na formulação de novas hipóteses e/ou teorias.

Esse estudo de caso tem como objetivo compreender as percepções e desafios relacionados à leitura literária e o ensino em geral nessa instituição prisional específica (o

Presídio Padrão localizado em Santa Rita-PB), bem como entender o impacto das práticas de leitura literária como ponte para o letramento literário³ e para a reeducação como um todo. Em síntese, a coleta de dados qualitativos através das entrevistas permitiu uma análise mais aprofundada e contextualizada das dinâmicas educacionais no ambiente prisional.

O estudo de caso realizado no Presídio Padrão de Santa Rita-PB fundamentou-se essencialmente nos conceitos de André (2013), Bressan (2000), Gomes (2008) e Ventura (2007).

Segundo Gomes (2008), para realizar um estudo de caso, é fundamental seguir certas "normas" metodológicas, incluindo a definição de um protocolo claro, uma preparação adequada do pesquisador para o trabalho de campo, destacando a importância de delimitar claramente os limites entre o fenômeno investigado e seu contexto, além de um planejamento adequado dos recursos e tempo para a pesquisa.

Bressan (2000) defende ainda que usar como método o estudo de caso é interessante para responder perguntas do tipo "como" e "por que", sendo particularmente útil para fenômenos contemporâneos. Além disso, o autor menciona que o método em questão deve envolver a coleta de dados de várias fontes, como documentos, entrevistas e observações *in loco*.

Por sua vez, André (2013) assinala que, na área da educação, o estudo de caso evoluiu de um método apenas descritivo para uma abordagem mais contextualizada e profunda. A autora também apresenta noções dos estudos de caso qualitativos, que incluem a ideia de que o conhecimento é construído coletivamente e que o caso deve ser explorado em variados aspectos, permitindo uma compreensão a partir de diversas perspectivas, através de entrevistas, observação de fenômenos e análise de documentos.

Considerado útil para estudos exploratórios e construção de hipóteses, Ventura (2007) trata o estudo de caso como uma abordagem metodológica que pode conter tanto a investigação de um "universo completo" (objeto amplo e abrangente) quanto uma unidade específica (objeto singular e com um recorte mais bem definido), dentro desse universo. No entanto, é necessário destacar que o foco deve estar em absorver o que o caso específico revela sobre o todo, não se resumindo ao caso em si. Além disso, Ventura (2007) sublinha algumas vantagens de usar o estudo de caso como método: a flexibilidade, a profundidade na análise e a capacidade de gerar novas descobertas.

³ Cosson (2015) sugere o letramento literário como uma abordagem que visa ampliar o repertório de leituras do educando, incentivando sua competência leitora e desenvolvendo uma maior consciência de si e de sua humanidade através da leitura de textos artísticos (literários).

O uso do estudo de caso como método para observar os cenários sociais, estruturais e educacionais atuais do Presídio Padrão de Santa Rita-PB – incluindo a interação entre detentos e práticas pedagógicas, bem como os processos institucionais que influenciam a execução e o sucesso dos projetos (re)educativos – se justifica pela profundidade de dados qualitativos que essa abordagem permite. Assim, ao estudar o ambiente específico dessa penitenciária, é possível compreender particularidades de seu contexto, incluindo a dinâmica entre diretores, funcionários, professores e detentos, além de entender como se encontra o ensino regular dentro desse sistema prisional.

Além disso, ao aplicar entrevistas, as percepções e experiências dos participantes foram exploradas, apreendendo tanto expectativa quanto a realidade do ambiente prisional. Essa engrenagem foi capaz de gerar uma interpretação mais completa e contextualizada do impacto da educação e da literatura nesse cenário específico do Presídio Padrão de Santa Rita-PB, além de apontar possíveis áreas de melhoria e/ou intervenções pedagógicas que poderiam ser mais eficientes e atuais – mas não utópicas.

Sendo assim, houve também a proposição de (novos) métodos, abordagens e melhorias voltadas para esse contexto prisional do PPSR, envolvendo a criação de etapas de aprendizagem, leitura, atividades práticas e recursos artísticos.

Ao final, foram realizadas algumas considerações sobre o processo de pesquisa e os resultados, considerando a possibilidade de aplicação das propostas em outros contextos prisionais ou no próprio Presídio Padrão de Santa Rita-PB.

2 ATRÁS DAS GRADES: REFLEXÕES SOBRE O CENÁRIO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Sendo um ambiente bastante complexo e marcado por problemas funcionais e estruturais, o sistema penitenciário é caracterizado por dinâmicas de poder, controle, vigilância e disciplina. No entanto Jorge, Cunha e Ramos (2019) afirmam que, apesar das dificuldades inerentes ao ambiente prisional, a Lei de Execução Penal (criada em 1984) garante os direitos educacionais dos detentos. As autoras apontam que os artigos 17º e 18ª dessa Lei asseguram que os detentos têm acesso obrigatório ao ensino fundamental, além da oportunidade de receber educação profissionalizante e de nível médio, sendo uma medida que respeitaria o princípio constitucional da universalização da educação, demonstrando a preocupação em oferecer oportunidades educacionais mesmo em situações desafiadoras como o sistema prisional (Jorge

et al., 2014). Contudo, as autoras supracitadas alegam que, em geral, as bibliotecas das prisões possuem livros que não estão de acordo ao nível educacional e/ou de letramento da maioria dos detentos.

Mais além disso, Nascimento (2019) relata que o sistema carcerário brasileiro “se encontra em estado de falência, consistindo em um dos mais graves problemas sociais da atualidade” (Nascimento, 2019, p. 38). Esse “estado de falência” descrito pelo autor demonstra bem a seriedade das dificuldades vividas pelos detentos, que lutam contra a superlotação, a falta (ou um descumprimento) de assistência e direitos básicos, além de violências físicas e psicológicas.

À vista disso, uma discussão acerca do sistema prisional e seus efeitos na vida dos aprisionados é importante visando compreender – ligeiramente – como funcionam as práticas de controle, disciplina, vigilância e poder que constituem o ambiente penitenciário. Fundamentando-se em teóricos como Carrascosa (2015), Foucault (2019) e Goffman (1961), esse capítulo tem como função discutir como tais práticas estruturam a experiência no cárcere.

2.1 O ESPAÇO PRISIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE QUESTÕES DE CONTROLE, DISCIPLINA E VIGILÂNCIA NA ROTINA DOS DETENTOS

Um dos objetivos do sistema prisional é de moldar os indivíduos para que se tornem submissos e obedientes às normas e padrões estabelecidos, através de uma "autoridade corretiva" exercendo um controle constante sobre eles. Assim, os regimes penitenciários deveriam funcionar como um projeto de transformação – que infelizmente não costuma acontecer –, buscando reeducar os apenados visando torná-los mais dóceis (Teixeira e Rocha, 2020). Complementando, Foucault (2019) diz que “a detenção penal deve ter por função essencial a transformação do comportamento do indivíduo” (p. 264).

O ambiente carcerário é particularmente reconhecido por um controle sistemático dos afazeres diários dos detentos, tendo cada momento minuciosamente cronometrado e regulado, utilizando-se técnicas disciplinares que visam não apenas castigar, mas também "corrigir" o comportamento dos detentos. Assim, tal controle rigoroso pode culminar em uma perda considerável da autonomia e da identidade dos detentos. Aliás, segundo Goffman (1961):

todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma

atividade leva (...) à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta (...) por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários (Goffman, 1961, p. 18).

De acordo com Foucault (2019), a rotina dos reclusos na detenção é dividida conforme um cronograma rigoroso, sob vigilância contínua, onde cada momento do dia é reservado a atividades específicas. Dessa forma, se tem como meta formar um indivíduo dócil, submetido a certas normas e ordens, diante de uma força que se realiza ininterruptamente acerca dele e ao seu redor (Foucault, 2019, p. 123, 128).

Segundo Carrascosa (2015), as técnicas utilizadas na gestão espacial dos detentos, que limitam seus movimentos e contatos, estão diretamente ligadas à organização temporal das atividades diárias no ambiente prisional. Assim, os detentos são vigiados através de uma "vigilância disciplinar" – hierarquicamente estruturada e integrada operacionalmente ao sistema prisional – que se propaga discretamente entre as "paredes" do cárcere. Sobre a ideia de uma vigilância permanente durante todas as horas do dia, a autora aponta que

tanto a construção física das casas de detenção e penitenciárias como as relações de poder que aí circulam têm a potência de gerar para o indivíduo preso uma sensação de visibilidade constante sobre si, muito embora ele não saiba de onde ela vem (Carrascosa, 2015, p. 135).

Ainda de acordo com Carrascosa (2015), os detentos são praticamente forçados a se movimentarem conforme o padrão disciplinar imposto na penitenciária, à sombra de frequentes ameaça de punições. A autora ainda indica que a edificação prisional, evidentemente marcada pelo panoptismo⁴, implementa uma vigilância tanto real (física) quanto simbólica (psicológica). Dessa forma, visando a subsistência, os detentos devem então adotar condutas e ações que não sejam suscetíveis a punições, adentrando-se às expectativas disciplinares (Carrascosa, 2015, p. 140).

No ambiente prisional, a disciplina e a "correção" (através de práticas punitivas) são

⁴ Conceito difundido por Michel Foucault (1926 – 1984), especialmente em seu célebre livro “Vigiar e Punir: nascimento da prisão”. A ideia de panoptismo, desenvolvida por Foucault, é essencial para entender a dinâmica de controle e vigilância no cenário prisional. O Panóptico é entendido por Foucault como uma "espécie de laboratório de poder" – "tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz" (Foucault, 2019, p. 202) – cujo mecanismos de observação ampliam o anonimato, a eficácia e a capacidade de controlar o comportamento dos indivíduos (Foucault, 2019). A arquitetura do panóptico, segundo Foucault, tem um efeito considerável: cria-se nos detentos uma sensação incessante de "uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível" (Foucault, 2019, p. 207). Isso quer dizer que, mesmo que a vigilância não seja ininterrupta na prática, os detentos sentem-se observados todo o tempo, o que resultaria em uma obediência facilitada e duradoura. Descentralizando e mecanizando o poder, o panóptico sustenta todos os indivíduos sob seu domínio, em alerta permanentemente.

partes fundamentais no funcionamento do sistema. Foucault (2019, p. 176) explica que a "punição disciplinar" é especialmente "corretiva", a partir de um propósito que visa diminuir os "desvios de comportamento" dos indivíduos sob detenção. Nessa conjuntura, o método disciplinar carcerário desempenha uma espécie de "força" sobre os detentos, exigindo que eles se adequem a uma "conduta padrão". De acordo com Foucault (2019), as práticas punitivas e/ou disciplinares no sistema penitenciário buscam garantir a "subordinação, a docilidade, a atenção nos estudos e nos exercícios, e a exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina" (Foucault, 2019, p. 179).

Porém, conforme Dias (2014), as práticas punitivas nos ambientes prisionais agem para reforçar as relações de poder entre os detentos, focando em estabelecer um controle social, invés de ser um mero "ato de disciplinamento avulso" – resumindo: esse “disciplinamento” só poderia vir através de uma “punição”. Para a autora, esse controle pretendia manter a dinâmica prisional, perdurando desigualdades, formas de dominação e violência, sustentando assim uma ordem social que subjugaria os detentos (Dias, 2014). A autora salienta que "os dispositivos disciplinares operam (...) nos aspectos mais miúdos e, até certo ponto, mais banais, da dinâmica interacional constitutiva do universo prisional" (Dias, 2014, p. 124).

Por outro lado, é importante sublinhar ainda que esse “poder” que rege todo o ambiente prisional não visa apenas atos de repressão e punição, mas também almeja a produtividade – visando também evitar que os sujeitos reclusos fiquem totalmente ociosos –, utilizando a mão de obra (a força disposta nos corpos) dos detentos em trabalhos (geralmente) artesanais dentro do próprio recinto penitenciário⁵. Boechat e Kastrup (2009), por exemplo, afirmam que "trata-se de um tipo de poder produtivo e não exclusivamente repressivo, que se apropria das forças e as reutiliza" (p. 26).

Nascimento (2019) alega que a disciplina no cenário prisional parece ser uma técnica voltada precisamente para o corpo de cada sujeito, não apenas com o propósito de aperfeiçoar suas capacidades ou reforçar sua situação de um ser submisso, mas sobretudo determinar que os detentos se tornem mais dóceis e úteis, utilizando-se de um regime opressor que atuaria no corpo de cada detento, manipulando seus modos, condutas e afazeres.

Nascimento (2019) ainda aponta que o espaço disciplinar no ambiente carcerário é detalhadamente estruturado de acordo com o número de indivíduos (mais visto como apenas "corpos" do que qualquer outra coisa), permitindo uma vigilância frequente e minuciosa de cada

⁵ Como exemplo, pode-se citar o Presídio Padrão de Santa Rita-PB, o qual possui projetos que fazem com que os sujeitos aprisionados trabalhem manualmente: alguns detentos optam por trabalhar em uma pequena “fábrica” (dentro do complexo penitenciário) de confecção de vassouras, enquanto outros realizam serviços gerais (ex.: limpeza, pequenas construções e/ou reparações, conservação e manutenção de equipamentos etc.) na penitenciária.

um dos encarcerados. De acordo com o autor, busca-se então constatar corpos presentes e alguns possivelmente ausentes, permitindo saber onde e como encontrar os indivíduos, "podendo vigiar o comportamento de cada um a cada instante, bem como apreciá-lo, sancioná-lo, medir suas qualidades e méritos" (Nascimento, 2019, p. 19).

Dessa maneira, a disciplina age basicamente sobre todo o ambiente prisional, criando espaços que são concomitantemente não só arquiteturais e/ou operacionais, como também hierárquicos, pois segundo Foucault (2019) "os aparelhos disciplinares hierarquizam, numa relação mútua, os "bons" e o "maus" indivíduos" (Foucault, 2019, p. 178).

O ambiente prisional, como toda e qualquer *instituição total*⁶, inclina-se a excluir seus integrantes (por ex.: detentos, nessa situação) do mundo exterior, estabelecendo obstáculos físicos e sociais que restringem consideravelmente suas interações e, conseqüentemente, a liberdade. Esse aspecto de isolamento total é bem peculiar em relação ao sistema prisional, onde o afastamento do convívio externo é uma condição rotineira na vida dos detentos.

Goffman (1961) constata que

toda instituição tem tendências de 'fechamento' (...) simbolizado pela barreira a relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos (Goffman, 1961, p. 16).

Esses "bloqueios físicos" citados por Goffman (1961) não apenas limitam a liberdade física dos detentos, bem como afetam a possibilidade de preservar vínculos sociais e "tirar algo de positivo" ao longo do tempo de reclusão.

2.2 O "PODER" NAS INSTITUIÇÕES PRISIONAIS E SUAS TÉCNICAS DE "DESPERSONALIZAÇÃO": A PERDA DA IDENTIDADE POR PARTE DOS ENCARCERADOS

⁶ Em "Manicômios, prisões e conventos", Goffman (1961) estabelece o conceito de "instituição total" como um espaço em que muitos indivíduos vivem em conjunto, praticamente afastados do mundo exterior, cumprindo uma rotina dura e rigorosamente aplicada. Como um bom exemplo de uma "instituição total", posso citar a penitenciária – conhecida também por "cadeia", "presídio", "prisão" ou até "xadrez". No sistema penitenciário, a privacidade é bem limitada, sendo todas as atividades cotidianas, como dormir, comer, trabalhar (às vezes, os detentos são convidados a trabalhar em troca de abatimento nos dias de seu cumprimento de pena) e "tomar banho de sol", ocorrem no mesmo espaço controlado. Goffman (1961) descreve essas instituições totais em cinco classes, com as penitenciárias pertencendo a uma terceira categoria: seriam instituições estruturadas para "resguardar a população contra possíveis perigos iminentes". O autor relata ainda que nesse tipo de instituição, o conforto dos indivíduos sob "internação" quase não tem importância nenhuma, mas por outro lado, intensifica-se o controle, a vigilância e a disciplina.

O ambiente prisional – um espaço totalmente monitorado e fechado – busca "padronizar" os detentos em indivíduos submissos e obedientes, retirando-lhes a autonomia e reajustando vossas identidades de acordo com as determinações institucionais.

Ao ser inserido no ambiente carcerário, cada detento é influenciado (negativamente) em virtude do tratamento inadequado e às condições a que é submetido no espaço prisional. Teixeira e Rocha (2020) ressaltam que o detento – ao menos dentro da realidade brasileira – está sujeito a situações desumanas, compreendendo a perda de sua identidade, a intimidade bem reduzida e o controle completo do seu tempo através de agentes penitenciários. Segundo as autoras, essas condições acarretam à perda da individualidade e à incapacidade de exercer escolhas de forma livre. Afinal de contas, as penitenciárias acabam cooperando para a construção de um ambiente onde a despersonalização é um resultado direto das disposições institucionais (Teixeira & Rocha, 2020, p. 117-118).

Além do mais, essas “técnicas de despersonalização”, como a uniformização (vestimentas padronizadas e/ou enumeradas) forçada e o desligamento ao espaço externo, favorecem a destruição – ou no mínimo um enfraquecimento – da identidade de cada detento, reduzindo cada um deles apenas a números dentro do complexo penitenciário.

Desse modo, a despersonalização nos presídios não é a "consequência" de certas práticas, mas parece ser um elemento fundamental do processo de controle social, pretendendo manter a ordem e a disciplina por meio da sujeição completa dos detentos, privando-lhes de suas particularidades e estatuidando uma "identidade coletiva/padronizada" que facilitaria a gestão e a fiscalização institucional.

Nesse cenário de declínio identitário, pode-se citar condições como a perda de objetos pessoais (ex.: roupas, sapatos, pingentes etc.), padronização de vestimentas e determinação de regras que regulam o dia a dia dos detentos, pois de acordo com Goffman (1961), "o sujeito considerado 'delinquente' é (...) despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais a mantém, o que provoca desfiguração pessoal" (Goffman, 1961, p. 28).

Fortalecendo a estrutura hierárquica dentro do contexto penitenciário, tais "práticas de despersonalização" têm um efeito significativo na autoestima e na identidade dos detentos, servindo da mesma forma para que os encarcerados relembrem reiteradamente sua condição de subjugação, dificultando ainda mais processos de fortalecimento identitário, de bem-estar e da reabilitação como um todo.

As "práticas de despersonalização" nos espaços prisionais são o resultado de um ambiente fortemente restrito e vigiado em que os detentos são retidos. Foucault (2019) retrata o ambiente prisional como um "espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos" (Foucault, 2019, p. 192) onde os sujeitos são mantidos em locais específicos e monitorados. Esse rígido controle facilita que o poder seja praticado de forma integral e sem interrupções, localizando, examinando e categorizando cada indivíduo frequentemente, contribuindo para um desgaste identitário dos detentos, que podem se considerar como meros objetos (ou "números") de controle dentro de um sistema autoritário (Foucault, 2019, p. 192).

Pensando no sistema penal quanto a um "regime de linguagem"⁷ (Carrascosa, 2015, p. 28), como "movimento de recondução dos sujeitos" (Carrascosa, 2015, p. 28), como dispositivo cuja finalidade seria de "apaziguamento da parte animal da natureza humana" (Carrascosa, 2015, p. 35) e tendo como principal função a "punição", Carrascosa (2015) destaca que as 'interações de poder' são indispensáveis para a organização dos espaços que compõem o ambiente penitenciário, sejam eles físicos ou figurativos. Dessa maneira, os usos das relações de poder se tornam dispositivos vitais para regular a vida dos detentos, corroborando as divisões e segregações que retratam o ambiente prisional (Carrascosa, 2015, p. 99).

A autonomia dos detentos é violentamente reprimida no interior do ambiente prisional, onde são "gentilmente convidados" a seguir determinadas regras e "ritos" inflexíveis. Uma das características mais significativas do sistema carcerário é justamente esse controle intenso sobre a vida dos detentos. Jorge *et al.* (2019) apontam que na detenção penal "o sujeito é submetido a um contexto em que vê sua autonomia diminuída, na medida em que precisa seguir as normas e protocolos estipulados pela instituição penitenciária" (Jorge *et al.*, 2019, p. 26).

Além das dificuldades encontradas seja qual for o sistema de detenção, o deterioramento das instituições penais em todo Brasil intensifica ainda mais os efeitos prejudiciais sobre os detentos. Uma infraestrutura deficiente, superlotação das celas e a falta de recursos apropriados contribuem para um ambiente que muitas vezes acaba piorando a situação e o comportamento dos indivíduos encarcerados, podendo afetar até mesmo sua realocação à sociedade. Além do mais, Nascimento (2019) aponta que "(...) o estado em que se encontram os estabelecimentos

⁷ Segundo Deleuze (2005), o direito penal funciona como um "regime de linguagem", no qual se classificam e traduzem as infrações criminais e calculam-se as penas (vista como punições). Trata-se, assim, de uma estrutura de enunciados que cria um limiar entre compreensão e ação. A "prisão", ao contrário, lida com o aspecto visível: ela não apenas expõe o crime e o criminoso, mas também constitui uma forma de visibilidade em si mesma, funcionando como um "regime de luz" (o termo refere-se ao uso da visibilidade como ferramenta de controle e disciplina, tornando os indivíduos constantemente observáveis e, assim, ajustando seu comportamento) antes de ser apenas uma simples construção física.

penais ao redor do país provoca sequelas ainda mais graves aos sujeitos a eles submetidos" (Nascimento, 2019, p. 43).

A necessidade de haver um sistema disciplinar e uma vigilância implacável tem consequências psicológicas e sociais para os detentos. A "*despersonalização*"⁸ ou um "*desculturamento*"⁹ pode acontecer em caso de permanência duradoura na detenção, o que acaba resultando na incapacidade dos sujeitos que cumpriram suas penas no cárcere de encarar certos problemas da vida após o desencarceramento (Goffman, 1961). Apenas o status de "ex-presidiário" já é capaz de conseguir "marcar" negativamente a identidade do sujeito liberto, dificultando sua realização de certas funções sociais e acabando em uma completa exclusão social, determinada pelo estigma de um histórico criminal.

O atual sistema carcerário brasileiro expõe problemas que afetam a vivência dos aprisionados, os quais são frequentemente afastados do convívio em sociedade. Carrascosa (2015) destaca que o sujeito sob detenção é um "indivíduo que vive nas margens da ordem social, tanto do ponto de vista econômico quanto histórico-cultural" (Carrascosa, 2015, p. 145).

Mais especificamente, compreende-se que um dos grandes desafios do sistema prisional brasileiro é a efetividade duvidosa das penitenciárias na diminuição da criminalidade e/ou delinquência. Nessa perspectiva, Foucault (2019) alega que "as prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta" (Foucault, 2019, p. 259).

Além disso, Foucault (2019) admite que, na verdade, as penitenciárias – sendo um sistema de "combate ao crime" economicamente ineficiente, tanto pelos altos custos de sua manutenção quanto pela incapacidade de reduzir a delinquência – fabricam mais delinquência (mais "sujeitos criminosos"), visto que as famílias dos detentos podem entrar em grave situação socioeconômica. Isto é, ao entrarem em uma situação financeira delicada, parentes desses detentos podem acabar praticando delitos como um meio de sobrevivência¹⁰.

⁸ Difundido por Erving Goffman (1961), esse conceito diz respeito ao sistema prisional (além de outras *instituições totais*) agir de forma a promover uma descaracterização do *eu* dos sujeitos, o que acaba dificultando a retomada de vínculos sociais, profissionais e educacionais pelos reclusos e egressos (indivíduos que retornam à delinquência e, conseqüentemente, à detenção). Dessa forma, a despersonalização ocorreria de forma gradual "por meio da internalização e apropriação de uma série de *habitus* pelos indivíduos" (Maia, 2019, 4).

⁹ Goffman (1961) apresenta o conceito de "*desculturamento*" como uma forma de "mudança cultural" que ocorre quando os detentos são afastados dos comportamentos e hábitos do mundo externo. Essa mudança pode comprometer a reinserção do sujeito à sociedade após deixar o sistema prisional. No entanto, Goffman (1961) admite que as *instituições totais* não necessariamente buscam "substituir" a cultura do indivíduo, mas o longo período de isolamento pode resultar em uma perda de habilidades que a sociedade exigirá na reinserção, tornando-o temporariamente incapaz de lidar com a vida cotidiana fora do ambiente prisional.

¹⁰ Inclusive, Boechat e Kastrup (2009) argumentam que a violência cotidiana e a falta de assistência básica à população carcerária agravam questões de pobreza e desigualdade. Indo mais além, afirmam que o aprisionamento "condena não só o apenado como também sua família ao estigma da ficha criminal, levando-os à discriminação e

Além do mais, a identidade do sujeito libertado da "prisão" é profundamente representada pela condição de "ex-presidiário", o que dificulta sua participação ativa na sociedade. Nascimento (2019) observa que esse “status de 'ex-presidiário' é algo que molda a identidade do indivíduo (...), por conseguinte, nota-se o afastamento de amigos, familiares e do mercado de trabalho, resultando na exclusão do indivíduo" (p. 42), que nesse caso, não se sente mais como pertencente à estrutura social, tendo que ficar “oculto” forçadamente.

Teixeira *et al.* (2020) comentam que o ambiente penitenciário, ao contrário de preparar os sujeitos para uma reinserção social adequada, os submete a circunstâncias deteriorantes que aumentam as chances de recidiva criminal devido a um sentimento de revolta por parte dos ex-presidiários. Além disso, as autoras ainda ressaltam que o ambiente desfavorável – acompanhado de diversas desassistências em relação aos detentos – é capaz de acentuar a violência entre os sujeitos, resultando em comportamentos hostis mesmo após o fim da detenção. Aliás, "(...) a prisão acaba por educar para o crime, por não ser capaz de dialogar com a desigualdade no acesso aos direitos básicos" (Teixeira *et al.*, 2020, p. 121).

3 A LITERATURA NO CONTEXTO PRISIONAL: ABORDAGENS E POSSIBILIDADES PARA A PRÁTICA DE LEITURA LITERÁRIA

Esse capítulo discute como a literatura pode ser aplicada em ambientes prisionais para valorizar a expressão artístico-cultural e uma (re)construção identitária dos detentos. A implementação de programas educativos que promovam a prática de leitura literária pode oferecer múltiplos benefícios – entre eles, obviamente, a própria alfabetização¹¹ e o letramento literário¹² – no contexto de ambientes prisionais. A propósito, o uso adequado do texto literário “possibilita desenvolver um trabalho mais eficaz (...), pois a literatura serve tanto para ensinar a ler e a escrever quanto para formar culturalmente o indivíduo" (Ribeiro, 2018, p. 176).

Um dos principais benefícios da leitura literária, seja de clássicos/cânones ou de autores contemporâneos, é que ela é uma leitura que tem a possibilidade de marcar a memória de

ao desemprego" (p. 25).

¹¹ A alfabetização refere-se ao processo de aprender a ler e escrever, concentrando-se na aquisição do código linguístico, capacitando o sujeito a decodificar e codificar palavras (Ramos, Panozzo & Zanolla, 2008).

¹² O letramento envolve a aplicação das habilidades de leitura no contexto social, permitindo ao indivíduo interagir de forma eficaz com seu meio, abrangendo a prática e o uso social da leitura e escrita, representando uma intimidade mais ampla e contextualizada com os textos (Ramos, Panozzo & Zanolla, 2008).

maneira prolongada. Diferentemente de outros textos como panfletos políticos, bulas de medicamentos, receitas e convites, que muitas vezes são esquecidos com o tempo, a literatura tem a capacidade de permanecer nas lembranças do sujeito, oferecendo-o uma experiência memorável e significativa (Ceia, 2009).

A prática de leitura literária pode ser importante na (re)construção de identidades e no fortalecimento de laços culturais. Para muitos detentos, o contato com o texto literário pode representar uma possibilidade de reconexão com suas próprias experiências, o reencontro com a sua própria cultura, e uma oportunidade de refletir sobre a realidade em que estão inseridos – fatores que podem ser um caminho interessante no processo de ressocialização e na retomada de habilidades sociais. Inclusive, Silva (2021) afirma que "(...) a realização de atividades de leitura literária (...) influencia diretamente o processo de humanização dos presos" (Silva, 2021, p. 4).

Além disso, Santos e Castro (2020) defendem que a prática de leitura literária age como um fator determinante sobre a questão da autonomia social do indivíduo. Segundo os autores, ao passo que o sujeito se insere no mundo literário, ele compreende tanto a si mesmo quanto o seu entorno, podendo também experimentar e interpretar sentimentos e emoções, otimizando assim a sua própria existência. Desse jeito, parte-se da noção de que a leitura gera uma aprendizagem contínua, mantendo os sujeitos leitores informados sobre o que acontece no nosso meio e proporcionando uma oportunidade de reconhecer (ouvir) e partilhar teorias e críticas (Santos & Castro, 2020).

É certo que no ambiente prisional, a educação deve ser pensada como um direito fundamental. Em vista disso, Silva e Santana (2018) frisam que a educação deve visar a ressocialização dos detentos: "(...) a ressocialização é [ou deveria ser] o objetivo principal da educação penitenciária, logo as metodologias e os conteúdos empregados devem buscar ao máximo tal realização" (Silva & Santana, 2018, p. 2).

Dessa forma, pensando num ensino voltado ao ambiente prisional (onde o nível de escolarização costuma ser baixíssimo), deve-se sempre pensar em utilizar práticas pedagógicas que desenvolvam e permitam a reeducação de sujeitos confinados cujo desejo – pelo menos para alguns – é a “mudança de vida”.

Práticas de leitura literária podem, nesse contexto, trazer um novo olhar sobre o mundo e sobre si mesmos aos detentos, auxiliando na reconstrução de identidades muitas vezes “perdidas” pelo processo de isolamento. Segundo Mascaro (2011), a leitura do texto literário pode nos reconduzir a “um olhar originário para o mundo, possibilitando que nos deparemos com a questão da identidade e de nossa relação com o outro de forma mais autêntica” (p. 203).

No que se refere ao ambiente prisional, a literatura também pode promover uma maneira de amenizar as inquietações e adversidades que os detentos passam, permitindo um desenvolvimento interno profundo, pois de acordo com Mascaro (2011) "a angústia e a infelicidade sofrem uma transformação com a literatura" (p. 119).

Além de ter a capacidade de ser um instrumento educacional, pensado aqui como um direito de todos, o texto literário pode ser usado visando estabelecer uma experiência em cárcere mais decente para os detentos, pois, como observam Silva e Peruzzo (2019):

a literatura é uma necessidade humana, justamente por permitir a reflexão acerca de si mesmo, do outro e da sociedade como um todo. Reside aqui a importância de tratá-la como um direito humano (p. 525).

Assim, a presença de práticas de leitura literária nas prisões pode proporcionar aos detentos melhoramento cultural e social, tornando-os mais conscientes de suas próprias identidades e de seus deveres enquanto cidadãos.

Considerando que a leitura é uma prática que promove a emancipação do sujeito, a qual também fomenta a reflexão crítica e amplia sua visão de mundo (Silva e Fernandes, 2020), é necessário acentuar que o leitor preenche os "espaços" do texto com seu próprio conhecimento de mundo, o que permite uma interação mais profunda com a obra literária (diferentemente da interação com textos não-literários). Os "espaços vazios" ("não-ditos"), portanto, ajudam a diminuir o distanciamento entre o texto e o leitor¹³, sendo uma característica fundamental de uma obra considerada literária (Ramos, Panozzo & Zanolla, 2008).

Ressaltando a literatura como um meio extremamente relevante para a constituição da cidadania, Silva e Peruzzo (2019) reforçam também a urgência de políticas públicas para assegurar apoio à literatura tanto dentro quanto fora das comunidades que a constrói. Partindo do pressuposto de que a educação deve ser uma "garantia" assegurada para todas as pessoas sejam quais forem as circunstâncias, os autores corroboram esse entendimento de que a literatura seja considerada um direito humano primordial, visto que influencia diretamente a construção e a evolução do sujeito nos mais variados aspectos (Silva & Peruzzo, 2019). Em outras palavras, Silva (2021) afirma que

a prática da leitura literária dentro do cárcere representa muito mais que um Direito descrito em lei, representa uma alternativa eficaz para a inclusão dessas pessoas na

¹³ Ramos, Panozzo e Zanolla (2008) arrematam dizendo que é preciso resgatar as vivências e pontos de vista dos estudantes durante a leitura literária, pois isso permite ao leitor preencher as lacunas inerentes a qualquer texto literário, facilitando sua imersão e identificação com a obra lida.

sociedade, além de proporcionar a elas enriquecimento cultural e social, tornando-as mais dignas como pessoas (p. 25).

No que diz respeito às metodologias que preferencialmente deveriam ser usadas dentro desse contexto, Santos e Castro (2020) argumentam que a realização de rodas de leitura no ambiente prisional permite uma oportunidade ímpar para "transgredir" os padrões tradicionais de leitura, que regularmente desconsideram os contextos sociais e os conhecimentos dos detentos. Sendo assim, as rodas de leitura funcionam como "um espaço da palavra que é lida, ouvida, retida, guardada, (re)elaborada, questionada, reproduzida, transformada" (Santos & Castro, 2020, p. 102) e, através dessa prática coletiva, os participantes não só dialogam com o texto literário, mas também dividem suas próprias histórias e vivências com os demais, o que aperfeiçoa a experiência literária.

É importante que o professor valorize as características específicas de cada gênero literário, não utilizando-o apenas como um recurso introdutório para outras finalidades (ex.: apenas aspectos gramaticais), mas pelo contrário, o docente deve considerar as especificidades do contexto local e a real condição dos alunos, invés de aplicar algo muito descontextualizado. Nesse ponto de vista, Pinheiro (2008) enfatiza a importância de se observar e compreender as singularidades de cada ambiente, sugerindo que o ensino deve vir através dessas realidades, almejando torná-las visíveis e relevantes no processo educacional.

Como um outro método aconselhável a ser realizado, Pinheiro (2008) propõe a comparação entre obras da literatura de cordel e obras da literatura considerada erudita, visando identificar interações temáticas e formais entre os textos (pertencentes a perspectivas diferentes), além de observar possíveis influências mútuas, para melhorar a compreensão dessas tradições literárias distintas.

Em relação a como utilizar-se de práticas de leitura literária, o professor-mediador¹⁴ também pode utilizar uma metodologia¹⁵ vantajosa que inclui etapas como ler, entender, interpretar e aplicar, organizadas de forma coerente e apoiadas no aspecto estético dos textos. Tal metodologia se divide em três momentos principais:

1. Motivação à leitura, leitura compreensiva e interpretativa, e transferência e aplicação da leitura: o momento da "motivação" teria como objetivo principal estimular e sensibilizar o leitor para a prática da leitura, ativando seu conhecimento prévio;

¹⁴ O "professor-mediador", segundo Silva (2007), pode ser considerado como um "arquiteto de pontes" entre o saber e o educando, responsável por associar conhecimentos e sujeitos. Muito além de ser um simples transmissor de conteúdos, o professor-mediador deve construir um ambiente que favoreça o desenvolvimento humano e o envolvimento dos alunos.

¹⁵ Apresentada por Ramos, Panozzo e Zanolla em "Práticas de leitura literária em sala de aula" (2008).

2. A etapa da leitura compreensiva e interpretativa procura a compreensão do "cenário" dado no texto, assegurando que o leitor perceba e dê sentido aos elementos da obra com base em suas experiências e conhecimentos;
3. O momento da transferência e aplicação da leitura que objetiva permitir o aluno a poder produzir seus próprios textos e realizar atividades criativas, como dramatizações e composições, fundamentadas na leitura e discussão do texto literário (Ramos, Panozzo e Zanolla, 2008).

Por sua vez, Ceia (2009) propõe e desenvolve uma outra metodologia de ensino interessante, a qual deveria valorizar a liberdade de o estudante vivenciar uma experiência literária sem a necessidade de classificá-la ou analisá-la minuciosamente. O propósito poderia ser de simplesmente permitir uma experiência de "deleite literário", aprendendo de forma espontânea e emocional, permitindo aos alunos uma conexão mais profunda e pessoal com o texto literário.

Para além disso, Silva e Fernandes (2020) ressaltam que o leitor deve compreender o motivo e qual a finalidade da leitura literária que está realizando, sabendo o que procurar e como realizar a prática de leitura literária, evitando que ela se torne somente uma prática "robotizada". Consequentemente, não lendo de forma "mecânica" (ex.: simplesmente o famoso item "*leia o texto e comente o que o **autor** quis dizer*"), o aluno atribuiria sentido ao texto mais descomplicadamente, conectando-o ao social.

Da mesma forma, também é fundamental frisar que a realização da leitura oral deve ser inserida de forma sistemática, sendo praticada constantemente no contexto prisional. Silva, Camargo e Guimarães (2012) recomendam que "em todas as situações (...) devemos partir da leitura oral repetidas vezes, buscando diferentes expressões, entonações específicas para determinados versos, determinadas palavras" (p. 107).

Destacando a força da oralidade no meio literário, a literatura de cordel, por exemplo, pode ser utilizada como um meio didático para a formação de leitores (alfabetizados e literariamente letrados), valendo-se das tradições orais que permeiam essa manifestação literária. Silva, Camargo e Guimarães (2012) apontam que "para a formação do leitor, a realização oral do [texto] – pelo professor, pelos alunos individualmente ou em grupo – constitui uma estratégia das mais eficientes" (p. 100) para buscar maior envolvimento e expressividade dos estudantes. Isto é, de nada vale trabalhar com a leitura sem a realização ordo texto de forma convincente e vívida.

No entanto, não se deve, obviamente, limitar-se somente à oralização do texto. Buscando enaltecer ainda mais a experiência de leitura e torná-la mais atrativa, é útil considerar a encenação dos versos¹⁶ (integralmente ou o recorte de algumas "cenas" a partir da obra lida), visto que o "(...) [texto] também pode ser vivenciado, ampliado. Dramatizar o [texto] integralmente ou criar uma cena a partir dele costuma ser uma atividade estimulante" (Silva, Camargo e Guimarães, 2012, p. 100).

A partir do docente, a mediação dessas práticas de leitura literária deve envolver diversas abordagens e atividades que visam despertar o interesse e a curiosidade pela literatura. A possibilidade de realizar exibição de filmes, as oficinas de leitura, e a dramatização de contos (ou também poemas e trechos de narrativas) são práticas que podem desenvolver a cultura e o gosto pela leitura, contribuindo para uma experiência literária diversificada e prazerosa (Gomes & Bortolin, 2011; Cosson, 2015).

Durante o processo de mediação da leitura, é essencial que o professor apoie a realização de atividades que promovam a diversidade, a sensibilidade e a valorização das experiências dos estudantes. Somando-se a isso, o docente deve priorizar a afetividade e o fortalecimento da autoestima, com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento pleno das potencialidades dos alunos (Cosson, 2015).

No ambiente prisional, o dever do docente no papel (também) de mediador se torna ainda mais importante, visto que ele deve atuar como um facilitador no processo de construção de sentidos e na elaboração de uma consciência crítica entre os estudantes/detentos. Por isso, é necessário que o educador – especialmente aquele que atua em ambientes prisionais – adote técnicas que promovam a autonomia e uma colaboração ativa dos detentos em seu processo de aprendizagem, principalmente no que diz respeito à leitura literária. Silva e Fernandes (2020) enfatizam que

é de extrema relevância que os professores busquem novas metodologias de ensino que promovam a formação crítica, reflexiva e autônoma dos estudantes. Essas metodologias podem ajudar a despertar o aluno para o hábito de ler, pois visam tornar o aluno protagonista da sua própria aprendizagem, e a leitura precisa ser trabalhada de forma ativa e reflexiva para que possa fazer sentido ao aluno (p. 10).

Silva e Fernandes (2020) argumentam que, para que o professor-mediador possa colaborar para a formação de leitores (literariamente letrados) em sala de aula (seja qual for o

¹⁶ Nesse panorama, uma alternativa interessante seria de utilizar os lúdicos textos dramáticos da dramaturga potiguar Lourdes Ramalho (1923-2019).

seu contexto), é preciso investir em práticas que despertem curiosidade e que sejam interessantes para os estudantes. Portanto, se faz necessário trabalhar com textos relevantes (originais; bem contextualizados; selecionados cuidadosamente a partir da realidade dos leitores; "simples"; que causam estranhamento), que possam ser aplicados em outras experiências além do espaço escolar, transformando a sala de aula em um espaço excitante para a leitura e, conseqüentemente, para a aprendizagem.

Mediar a apropriação do texto literário envolve ajudar o estudante a reconhecer as minuciosidades de cada texto e a conferir-lhe sentidos. Por isso, a função do professor-mediador seria de auxiliar o leitor na interpretação do texto, explorando os recursos expressivos da língua, além de levar em consideração a visão de mundo do próprio leitor (Ramos, Panozzo & Zanolla, 2008).

3.1 PERCEPÇÕES SOBRE ATIVIDADES ARTÍSTICO-LITERÁRIAS NO ESPAÇO PRISIONAL: UMA BREVE ANÁLISE NO PRESÍDIO PADRÃO DE SANTA RITA-PB

Na entrevista com o diretor adjunto do Presídio Padrão de Santa Rita, revelou-se uma abordagem que vai muito além do simples fato de administrar uma instituição prisional. Durante a entrevista, Machado expressou sua convicção na educação como um motor de transformação, o que fica claro quando ele afirma que "a educação transforma e modifica o homem" (palavras do diretor Machado). Esse pensamento vai de encontro com o ideal de que a reabilitação não pode ser alcançada sem que se ofereça aos detentos ferramentas de aprendizado e crescimento pessoal, sendo a educação a principal delas.

No entanto, o diretor também enfatizou problemas estruturais e sociais, tendo múltiplos desafios, como a superlotação das celas sendo um dos principais entraves para a eficácia das atividades educativas (por ex.: os alunos-detentos podem não conseguir realizar uma boa leitura numa cela lotada de outros sujeitos). As celas, originalmente construídas para oito a dez indivíduos, abrigam até 20 detentos, comprometendo o espaço físico necessário para o desenvolvimento de atividades pessoais. O gradual crescimento no número de detentos sobrecarrega o ambiente prisional e prejudica não apenas as condições de vida, mas também pode influenciar (negativamente) na eficácia das atividades pedagógicas. Sendo assim, nesse cenário o espaço que poderia também ser voltado à leitura e à reflexão é comprometido, podendo limitar o alcance das práticas educacionais e culturais.

Um dos pontos mais destacados por Machado é a possibilidade de remição de pena através da leitura¹⁷, uma iniciativa que permite ao detento reduzir o tempo de sua condenação ao ler livros e produzir resumos críticos que, logo depois, são avaliados por professores (e posteriormente por uma autoridade jurídica encarregada nesse processo). Nesse sentido, o diretor ressaltou ainda a importância desse programa ao comentar que os detentos "conseguem, através da leitura e da escrita, a remição de sua pena". Essa realidade denota também a linguagem escrita¹⁸ como meio para o desenvolvimento pessoal, não apenas do ponto de vista da redução da pena, mas também como uma forma de expansão cultural e cognitiva.

Porém, apesar de todos esses esforços, inclusive de algumas parcerias com o setor público e privado para reintegrar os (futuros) ex-detentos no mercado de trabalho, a questão das facções e a violência associada ao tráfico de drogas são assinaladas como os maiores obstáculos para um clima mais ameno dentro da penitenciária, afetando negativamente as relações sociais especialmente entre os detentos faccionados.

Além da remição de pena através da leitura, o diretor mencionara outras atividades como as oficinas de artesanato¹⁹ (as quais foram temporariamente suspensas por questões estruturais, mas que há planos para o retorno), que ajudam no desenvolvimento dos detentos e também voltadas para a remição da pena. Porém, Machado admitira que há uma necessidade de projetos culturais mais diversificados e abrangentes, chegando a afirmar que "nessa parte cultural (...) precisa-se mais de investimento". Dessa forma, pode-se considerar essa falta de iniciativas culturais (ou ações ainda principiantes) como um ponto de fragilidade, pois como o diretor enfatiza: a cultura é essencial para o "crescimento do homem" em diversos aspectos, sejam intelectuais ou sociais. Por isso, nas palavras de Machado, é importante fazer com que "o apenado (...) possa ter [a] mente voltada para a cultura, para os estudos, para o trabalho, porque somente isso que vai mudar a realidade deles".

Outro aspecto citado pelo diretor é a peculiaridade da educação no contexto prisional, enfatizando que "o público é diferente", no que se refere à complexidade de se (re)educar sujeitos que muitas vezes não tiveram acesso adequado e/ou suficiente ao sistema educacional

¹⁷ De acordo com o diretor da unidade, o programa de remição de pena através da leitura, infelizmente, se encontra "parado" atualmente, mas que logo em breve estará de volta.

¹⁸ Segundo Silva e Fernandes (2020), o acesso à escrita também é indispensável para alcançar a democracia e a autonomia, o que permite ao indivíduo compreender os inúmeros fatores presentes na sociedade e se posicionar responsavelmente em meio às discussões sociais.

¹⁹ Com as produções artesanais e as demais atividades laborais – dentro da própria unidade prisional – como auxiliar de produção na fábrica de vassouras, trabalhos na cozinha (preparação de refeições), pintura, manutenção de máquinas e equipamentos, serviços gerais e cultivo de plantações, os detentos garantem uma renda para seus familiares.

fora da prisão. À vista disso, percebe-se que se tratando de uma educação (que deve ser) qualificada e adequada ao sistema prisional, exige-se metodologias diferenciadas e uma abordagem mais humanizada, considerando o histórico de exclusão social e econômica dos detentos. Em outras palavras, há uma necessidade de qualificação contínua dos docentes que trabalham nesse tipo de ambiente, uma vez que eles enfrentam dificuldades que vão além da simples transmissão do conteúdo.

Sobre a relação entre os policiais penais e os detentos, o diretor descreve um convívio geralmente respeitoso, tranquilo e "extremamente profissional", sendo raríssimo um "tipo de problema direto entre o policial e o preso". No entanto, segundo Machado, a indisciplina por parte dos detentos²⁰ pode levar a punições que vão desde uma simples advertência ou uma reclamação verbal, até mesmo ao isolamento total do infrator (em um período de 10 a 30 dias).

Em termos de melhorias, o diretor acredita que mais salas de aula²¹ e uma maior capacitação e preparação para os professores (que vislumbram atuar na educação dentro do sistema prisional) são elementos fundamentais, especialmente considerando o perfil diferenciado dos detentos em relação a alunos regulares, muitos dos quais são analfabetos ou semianalfabetos.

A partir das falas do diretor adjunto do PPSR, ficou visível que, apesar de todas adversidades e desafios, a unidade prisional em questão conta com projetos visando sobretudo a reeducação/ressocialização²² dos detentos, mas tais projetos enfrentam entraves como a falta de uma infraestrutura otimizada, superlotação e limitação de recursos para o desenvolvimento de programas culturais e educacionais. O diretor adjunto admite essas dificuldades, mas manifesta um olhar otimista ao dizer que "é possível melhorar" e que há esforços contínuos – por parte da administração do PPSR – para ampliar as oportunidades educacionais e culturais dentro do presídio, buscando sempre novas alternativas para melhorar as condições dos detentos.

Em relação à entrevista com a professora (aqui identificada apenas como) "Luna"²³, percebeu-se, ao menos dentro do contexto do PPSR, como ocorre o ensino de português e

²⁰ Para o diretor, a presença das facções são o principal motivo por ocorrer casos de indisciplina dentro da unidade prisional. Segundo Machado, "o grande problema de convivência entre eles [os detentos] é justamente [por causa da] a facção" em que são integrantes.

²¹ Durante nossa conversa, o diretor relatou que a Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social (PB) planeja aprimorar a infraestrutura do presídio com a criação de novas salas de aula e formular parcerias com empresas privadas (que funcionariam dentro da própria unidade), visando oferecer mais vagas tanto para detentos interessados em estudar quanto em trabalhar (ou ambas as coisas).

²² Além disso, o PPSR também enfatiza muito a questão da "readaptação" ou de uma "requalificação" dos detentos em relação ao mercado de trabalho.

²³ A professora de Língua Portuguesa, Redação e Literatura do PPSR é formada em Letras (Português e Francês), além de uma graduação em Marketing e um doutorado em Administração. Além disso, atualmente a professora

literatura e quais são as principais dificuldades enfrentadas pela docente. De modo geral, além de ter compartilhado diversas de suas experiências enquanto professora no sistema prisional, Luna também comentou como as aulas são adaptadas para atender às necessidades específicas dos detentos, sempre destacando a necessidade de criar um ambiente acolhedor, de adaptação da linguagem²⁴ (utilização da "norma-padrão", mas de uma forma simples) e dos métodos pedagógicos.

A professora Luna também compara – através de suas observações na docência – o empenho dos alunos do PPSR com o de estudantes do ensino regular, chegando a indicar que os detentos seriam mais aplicados²⁵: "Eu acho que eles são mais empenhados, porque [...] eles têm a condição de sair da sua cela e vir se aprimorar". Nessa perspectiva, o contexto de privação de liberdade parece intensificar a sensação do valor da educação, principalmente pela razão de que o aprendizado pode ser visto como uma forma de "liberdade simbólica" ou um preparativo de uma reintegração social futura.

A professora destacou também a importância de fazer um trabalho de qualidade, independentemente de condições adversas²⁶, pois segundo ela deve-se buscar sempre "fazer o melhor, repassar o melhor das informações". Essa postura da professora retrata o comprometimento dela com a educação, mesmo em um ambiente com desafios institucionais e estruturais – uma realidade da maioria dos presídios pelo país. Além disso, a referência à Eliane Aquino²⁷ por parte da professora, mostra o reconhecimento de um legado de esforço para humanizar e qualificar o ensino dentro de instituições penais.

Sobre a receptividade dos detentos em relação aos professores, Luna compartilhou uma abordagem interessante de como inicialmente busca a atenção dos alunos através de sua aparência: "Eu procuro estar arrumada, procuro estar bonita, (...) para que eles detenham pelo menos o olhar para minha pessoa". Essa circunstância revela como, em um ambiente com rígidas dinâmicas de poder e controle, a professora utiliza "técnicas" sutis para atrair a atenção e construir um vínculo de respeito e participação ativa dos alunos. Essa realidade pode indicar que, se tratando de ensino em ambiente prisional, a metodologia de ensino requer uma

Luna está cursando Espanhol e Direito. Em geral, a professora possui 33 anos de docência profissional, sendo 16 anos somente de atuação no ensino dentro de unidades prisionais.

²⁴ Devido às especificidades do sistema prisional e da heterogeneidade presente entre os estudantes, a professora mencionou que muitas vezes precisa mudar (ou "escolher melhor") as palavras visando uma melhor compreensão por parte dos alunos.

²⁵ A docente também ressaltou que os estudantes do PPSR reconhecem a importância de desenvolver (rapidamente) suas competências para se apresentarem nas audiências de custódia realizadas regularmente, o que confere ao processo de aprendizagem um tom prático e urgente.

²⁶ Luna também relatou a constante falta de materiais, e como ela e os demais professores, de vez em quando, precisam suprir essas carências com recursos tirados do próprio bolso.

²⁷ Considerada como uma das precursoras na luta pela implantação das escolas nos presídios.

sensibilidade maior em relação às motivações e reações dos estudantes sob a condição de encarcerado. Além do mais, a professora Luna também citou que o docente só pode ser considerado um “educador” a partir do momento que ele “traz o aluno para si em [se tratando de uma] motivação educacional”.

Luna também citou: "Todo dia é um desafio, porque nós temos uma classe de alunos hoje e amanhã a gente não tem". Dessa forma, exige-se da professora uma postura flexível e que ela sempre esteja preparada para recomeçar com novos alunos (já que muitos são transferidos, libertados ou abandonam os estudos mesmo), readaptando seu planejamento para atender a essas mudanças repentinas e inevitáveis.

Em relação à importância da realização da leitura de textos literários no ambiente prisional, a professora defende que a literatura tem um papel importantíssimo na construção do senso crítico e do autoconhecimento dos detentos. Assim, Luna relaciona o ensino literário à formação (ou recuperação) de uma identidade mais consciente e reflexiva – um fator que é crucial no processo de reabilitação/reeducação. Em nossa conversa, Luna também discutiu sobre o que poderia ser feito para desenvolver e sofisticar o sistema educacional dentro de ambientes prisionais, sugerindo a criação de uma "escola de tempo integral" e mais projetos de habilitação profissional, como mecânica, padaria e marcenaria, além de maior empenho em programas de "remição por leitura". Assim, percebe-se a necessidade de um ensino cada vez mais amplo, que compreenda o aprendizado teórico e social, mas também que disponha aos detentos meios para uma qualificação ao mercado de trabalho.

Outro ponto levantado pela professora Luna foi a necessidade de que o ensino no PPSR pudesse ter, especificamente, docentes que trabalhassem apenas na questão de atividades literárias para a remição de pena. Dessa forma, a remição de pena por leitura seria realizada de forma ainda mais incisiva e qualificada, necessitando de profissionais preparados para atuar nesse contexto.

De maneira geral, a entrevista revelou o comprometimento e a sensibilidade da professora Luna em sua atuação com esses alunos, que constantemente destaca as oportunidades de transformação que a educação pode oferecer dentro do sistema prisional. Para Luna, a educação nesse contexto vai além de um simples procedimento escolar. Na prática, trata-se de uma maneira de propor aos detentos uma nova perspectiva de vida, visando não apenas a ressocialização, mas também promovendo uma mudança pessoal para cada um desses estudantes.

Em relação às falas do diretor e da professora de língua portuguesa do PPSR, notou-se algumas semelhanças em seus discursos, principalmente no que tange à relevância da disciplina

(obediência e bom comportamento) e ao papel da educação em uma sonhada "recuperação" dos detentos. Tanto o diretor quanto a professora parecem crer que a aceitação às ordens é decisiva para a progressão do apenado (em todos os aspectos possíveis), mas comentam sobre essa ideia de forma levemente diferente.

Percebeu-se que o diretor enfatiza bastante o problema da infraestrutura e a necessidade de uma ampliação de oportunidades como meio de incentivar os detentos a cumprirem as normas, citando (prováveis) projetos e parcerias futuras que se propõem a melhorar o ambiente e a estrutura do PPSR. Em síntese, o diretor destaca que a disciplina é praticamente uma premissa para que os apenados tenham acesso a essas novas oportunidades que podem acelerar o cumprimento de suas penas.

Apesar de também valorizar questões disciplinares, a professora Luna inclinou-se a direcionar seu discurso mais em relação ao cotidiano de suas aulas e na convivência direta com os detentos. Enfrentando contratempos como a insuficiência de recursos e a precisão de motivar alunos que, em geral, carregam um histórico de desleixo ou frustração em relação à educação, a professora Luna possui uma visão mais prática e menos utópica, mostrando os obstáculos que precisa vencer todos os dias. Além disso, ao passo que o diretor enxerga a disciplina como uma condição para a manutenção da ordem e para que os detentos não comprometam sua progressão de pena, a professora compreende a disciplina como um elemento a ser desenvolvido constantemente através de suas próprias aulas.

Constata-se assim que à medida que o diretor pensa em políticas e melhorias (sobretudo estruturais) em um nível mais "macro", a professora Luna encara a complexidade das relações humanas e as limitações práticas inerentes ao ambiente prisional. Portanto, Luna considera o processo educacional como uma construção diária, marcada por pequenas ("micro") conquistas e desafios frequentes, em contraste com a visão do diretor, que parece mais focado em metas e resultados a longo prazo.

Assim, torna-se inegável que, para progredir na elaboração de novos programas educativos e culturais no contexto prisional, é preciso que o poder público invista mais em infraestrutura, que os cursos de graduação possibilitem uma adequada formação de professores (capacitados para trabalhar não só em ambientes escolares convencionais) e é necessário também haver diversificação de atividades, sejam literárias, culturais ou artísticas. Para acontecer uma melhora no nível de detentos que saem "recuperados" de um ambiente hostil como o presídio, precisa-se da colaboração entre o estado, administração penitenciária, corpo docente e a sociedade civil.

3.2 PRÁTICAS DE LEITURA LITERÁRIA EM INSTITUIÇÕES PRISIONAIS: PROPOSTAS DE MÉTODOS E RECURSOS EDUCACIONAIS

A prática de leitura literária no contexto prisional deve ser pensada muito além de (apenas) um direito garantido por lei. Mais do que isso: deve ser pensada como uma alternativa para o processo de “humanização” dos detentos, visto que os enriquece tanto cultural quanto socialmente, contribuindo ainda para a dignidade deles enquanto cidadãos. Nesse contexto, atividades de leitura literária e outras manifestações artísticas têm o potencial de serem construtivas e transformadoras, desenvolvendo habilidades sociais, comunicativas, críticas e artísticas.

A implementação de projetos literários em instituições prisionais pode oferecer aos detentos uma chance de refletir sobre suas experiências e à sociedade em geral. De acordo com Silva & Peruzzo (2019), "a leitura de textos literários permite a aproximação com novas visões de mundo e diferentes sujeitos, propiciando um novo olhar sobre a marginalização de determinadas representações sociais" (p. 529). Assim, evidencia-se a importância da literatura como uma ferramenta educativa, um meio que pode provocar uma crítica das próprias circunstâncias e promover uma melhor compreensão das complexidades sociais que influenciam tal marginalização.

Com base nas entrevistas com o diretor – um especialista na parte administrativa de ambientes prisionais – e a professora – uma conhecedora do ensino em ambientes prisionais na prática – do Presídio Padrão de Santa Rita (PPSR), pode-se constatar algumas deficiências e, a partir disso, propor ideias, métodos e abordagens para o ensino e para uma prática de leitura literária nesse contexto prisional específico (mas que também poderiam ser expandidas para outras realidades penitenciárias). À vista disso, diante das principais carências e/ou limitações apresentadas por ambos os entrevistados, como a falta/insuficiência de recursos, restrições de tempo e a necessidade de envolver os detentos em atividades educativas (e literárias) significativas, veremos algumas – não utópicas – propostas.

Durante a entrevista, a professora Luna relatou que seria interessante pensar na ideia de haver uma “escola de tempo integral” dentro da unidade prisional, para que dessa forma, haja uma educação mais efetiva e expressiva para os detentos.

Considerar a implementação de um ensino em “tempo integral” dentro do contexto prisional pode ser um desafio, mas não deve ser teoricamente impossível de se alcançar. Essa proposta pode enfrentar desafios como alguns dos citados pelo diretor da unidade, como a falta

de (mais) investimento do poder público tanto em estrutura quanto a falta de recursos de maneira geral (geralmente se trata de recursos de ordem financeira). Contudo, com planejamento responsável e ajustes à realidade de cada unidade prisional, é concebível pensar numa abordagem que favoreça a ampliação do tempo de atividades educativas para os detentos.

Pensando em um modelo de ensino integral no contexto prisional²⁸, é necessário enfatizar que – obviamente – não seria e nem daria para ser nos mesmos moldes da Escola Cidadã Integral Técnica²⁹ (ECIT), por exemplo. Na verdade, haveria de ter um modelo mais flexível em relação ao ensino integral, não “forçando” os alunos a permanecerem dentro de uma sala de aula durante boa parte do dia. Mas pelo contrário, ao longo do dia os estudantes/detentos poderiam ser incentivados a participarem de variadas atividades educativas, literárias e artísticas. Dentre essas atividades, pode-se incluir aulas normais/formais na sala de aula, projetos práticos (pequenos cursos) e interdisciplinares, oficinas (ex.: de escrita criativa, oralidade, desenho etc.), atividades culturais (ex.: assistir filmes baseados em obras literárias), exercícios recreativos (ex.: jogos educativos) e sessões de prática de leitura (compartilhada) literária e discussão (ex.: criação de “Clubes de Leitura”).

Em uma eventual tentativa de se implementar o ensino de tempo integral na instituição prisional, parcerias com organizações não governamentais (ONGs) e universidades (através de projetos de extensão, por exemplo) poderiam ser consideradas, visando conquistar mais recursos, podendo eles serem financeiros ou mesmo na possibilidade de receber voluntários³⁰ (ou bolsistas, no caso de universidades) para atuarem nesse sentido. Essa colaboração com outras instituições poderia proporcionar auxílio e incremento em vários aspectos: educação, arte, cultura, saúde e profissionalização (caso dos cursos técnicos curtos).

Como mencionado tanto pelo diretor da unidade, quanto pela professora, espaços adequados para realização de projetos educacionais e recursos são limitadíssimos no PPSR – realidade de muitos presídios no Brasil. Dito isso, considerando um ensino em tempo integral, a utilização – em sala de aula – de elementos audiovisuais como filmes (educativos), documentários históricos, podcasts (pedagógicos e culturais) e *audiobooks*³¹ poderiam preencher e se provarem relevantes dentro dessa proposta, visto que os detentos poderiam ter

²⁸ É necessário enfatizar que esse modelo proposto de ensino integral poderia ser aplicado pelo menos aos alunos do Ensino Médio do PPSR.

²⁹ A Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) é um modelo de escola pública que funciona em tempo integral e foi instituído na Paraíba em 2016.

³⁰ Para ser mais específico, voluntários/bolsistas oriundos de universidades poderiam conduzir alguns cursos e oficinas mais curtas.

³¹ Refere-se a gravação em áudio de um livro, que pode ser uma versão integral ou resumida do texto original. Nesse sentido, até mesmo alunos/detentos que ainda não aprenderam a ler podem participar da atividade de “leitura/escuta”.

acesso a um acervo de conhecimentos ainda maior, sem necessariamente haver a necessidade urgente de uma estrutura penitenciária mais ampla ou de um investimento tão abastado por parte do poder público.

Em relação à logística dessa proposta de um ensino em tempo integral no ambiente prisional, pode-se pensar na ideia de que ao invés de centralizar todos os afazeres em apenas um ou dois espaços ou período, esse ensino integral poderia ser estruturado em módulos, estabelecendo alguns pequenos grupos de estudantes que participariam das atividades em horários alternados com outros grupos, ou seja, enquanto “grupo A” estaria realizando uma certa tarefa (ex.: prática de escrita criativa), “grupo B” estaria praticando uma outra (ex.: sessão de leitura literária). Sendo assim, essa logística de “rotação” de grupos facilitaria um melhor aproveitamento tanto de recursos quanto de espaços.

Ainda que seja realmente muito difícil se pensar em um modelo de ensino integral no PPSR e em outros contextos prisionais, é necessário mostrar que com uma metodologia flexível e adaptada, com organização e investimento, a ideia se torna plausível. Mesmo diante de tantas dificuldades, sempre deve-se pensar em melhorias e focar na criação de um ambiente que propicie um aprendizado significativo a cada detento/estudante.

A partir das noções teóricas que foram discutidas sobre a questão de práticas de leitura literária, é possível sugerir algumas propostas mais específicas para se trabalhar a leitura literária no contexto prisional do PPSR e, porventura, em outras unidades prisionais. Cabe destacar ainda que as realidades trazidas por meio das entrevistas com profissionais que atuam no PPSR valem como uma espécie de “norteamento” para as sugestões, já que não dá para pensar em ideias tão fantasiosas – que fujam tanto da realidade prisional brasileira.

Partindo do pressuposto de que o ambiente prisional é um espaço onde, comumente, a liberdade expressiva e comunicativa dos sujeitos são bem limitadas, realizar sessões semanais de leitura literária – pensando até na criação de um Clube de Leitura³² mesmo – com o auxílio de um professor-mediador pode ser um meio viável e interessante. Nos momentos das sessões de leitura, o professor-mediador poderia optar por textos curtos (minicontos, crônicas e poemas são boas opções), porém profundos, visando incentivar discussões rápidas e coletivizadas. Durante essas sessões, o professor-mediador poderia sempre estimular os estudantes a expressar suas interpretações e/ou conexões com o texto literário. Essa prática de leitura literária, através das sessões, não iria demandar tantos materiais: apenas cópias do texto a ser lido conjuntamente.

³² A produção de um clube de leitura pode ser interessante, propondo-se a determinar um espaço fixo e adequado para a discussão – a partir de objetivos pré-estabelecidos pelo professor-mediador – de obras literárias. Por mais que o acervo de livros no PPSR, por exemplo, seja limitado, o clube de leitura poderia utilizá-lo de forma proveitosa.

A partir do que foi discutido, o professor-mediador poderia, resumidamente, seguir alguns passos:

1. Seleção prévia de textos (preferindo textos com temáticas que dialoguem com a realidade vivida pelos detentos, como liberdade, identidade, esperança, isolamento, educação etc.);
2. A realização de fato das sessões de leitura literária (de preferência, o professor deve arranjar a sala de aula em um círculo para a leitura e buscar sempre mediar e provocar questões reflexivas a partir do que foi lido para atrair a participação dos estudantes);
3. Uma atividade de conclusão – que poderia servir como “avaliação” para ajudar o detento/estudante a acelerar processos de remição de pena (nessa atividade, o professor poderia requerer um breve texto de cada aluno sobre o que este entendera a partir da leitura literária).

Um outro aspecto mencionado pela professora Luna foi de enfatizar a importância de atividades literárias que envolvam expressão e criatividade. Para isso, oficinas literárias de escrita criativa podem ser um bom caminho. A partir da escrita criativa, os detentos poderiam ter a chance de escreverem sobre si mesmo, sobre suas histórias, suas fantasias, opiniões – suas “vozes” iriam ser melhor ouvidas. Essas oficinas podiam ser construídas de forma fácil, com recursos bastante simples como papel e caneta – tendo temas específicos a cada encontro realizado, visando oferecer um espaço para que cada um dos detentos pudesse escrever livremente, ou seja, essa abordagem poderia encorajar os detentos a se expressarem com mais liberdade e refletirem sobre suas próprias experiências. Essa abordagem poderia ser realizada, resumidamente, da seguinte forma:

1. Introduzir a ideia de Escrita Criativa (apresentação de elementos principais da escrita criativa, podendo basear-se introdutoriamente no livro *Escrita em movimento: Sete princípios do fazer literário*³³);
2. Exercícios mediados – pelo professor – de escrita (propor rápidas dinâmicas de escrita criativa, como a elaboração de pequenos contos e poemas, ou a criação de pequenas narrativas a partir de frases, temas ou questionamentos reflexivos dados pelo professor-mediador);

³³ JAFFE, Noemi. **Escrita em movimento**: Sete princípios do fazer literário. Companhia das Letras, 2023.

3. Partilha das escritas desenvolvidas (a partir do cultivo de um ambiente acolhedor e seguro, seria interessante que o professor-mediador fizesse com que os detentos compartilhassem seus escritos com o grupo, caso assim desejassem, visando favorecer a troca de ideias entre eles);
4. Produção escrita coletiva (a partir do avanço das habilidades de escrita dos detentos, seria útil considerar a ideia de que eles pudessem escrever uma pequena narrativa em conjunto através de dinâmicas colaborativas).

Outra possibilidade no contexto prisional é trabalhar atividades de dramatização a partir de textos literários³⁴, fazendo com que os detentos pudessem se envolver ainda mais com a obra lida. Nesse sentido, os detentos seriam convidados a realizarem encenações através dos textos, de forma a criar um vínculo ainda maior com cada obra. A preferência deve ser por apresentações curtas: diálogos literários, monólogos ou cenas marcantes dos textos literários. Essa prática de dramatizar obras literárias – mesmo que realizada em uma estrutura pouco confortável como a sala de aula dentro do que seria uma cela – também ajuda a trabalhar habilidades de expressividade corporal, comunicabilidade e oralidade nos detentos.

Durante a entrevista com o diretor, o mesmo destacou a necessidade da implementação de práticas que incentivem a disciplina e o respeito mútuo. Dessa forma, a realização de dramatizações poderia ser guiada de forma a destacar esses valores (disciplina e respeito) requeridos, devendo o professor-mediador sempre buscar determinar princípios de educação e colaboração. De forma geral, as atividades dramáticas poderiam ser conduzidas a partir de alguns passos:

1. Seleção prévia de textos (a preferência deve ser por textos dramáticos curtos³⁵ – ou poemas e contos –, ou trechos de obras dramáticas clássicas, como “Esperando Godot”³⁶ e “Auto da compadecida”³⁷);
2. Sessões de leitura dramática e ensaios das peças (realizar leituras coletivizadas dos textos, incentivando os detentos a lerem os diálogos das personagens. A partir disso, o professor-mediador deve ressaltar, durante ensaios, fatores como entoação e expressão, visando sempre desenvolver aspectos de oralidade dos detentos);

³⁴ Em “**Teatro e prisão: dentro da cena e da cadeia**” são apresentadas algumas experiências interessantes nesse sentido.

³⁵ Uma opção interessante são os dramas da escritora Lourdes Ramalho. Como recomendação, aponto o rimado texto “**A velha sem gogó**”. Disponível em: <https://www.teatronaescola.com/~teatrona/index.php/banco-de-pecas/category/lourdes-ramalho>. Acesso em 19 set. 2024.

³⁶ BECKETT, Samuel. **Esperando Godot**. Editora Companhia das Letras, 2017.

³⁷ SUASSUNA, Ariano. **Auto da compadecida**. Nova Fronteira, 2018.

3. Apresentações de cenas (realização interna das performances literárias, podendo ser ou para o próprio grupo participante ou até mesmo para funcionários do presídio);
4. Momentos reflexivos (depois da realização de cada performance, o professor-mediador deve desenvolver discussões a respeito das experiências teatrais).

No PPSR, como vimos anteriormente, foram mencionadas algumas problemáticas como a falta (insuficiência) de livros, materiais didáticos e afins. Dessa forma, sugerir a inclusão de recursos audiovisuais pode ser um caminho possível: filmes, curtas, audiolivros e outras possibilidades de conteúdos audiovisuais podem vir a complementar as atividades literárias. A exposição de obras cinematográficas (a partir de textos literários), como por exemplo, a do livro “Abril Despedaçado³⁸”, pode exercer uma função de ponto de partida para o debate e o interesse acerca de obras literárias clássicas. Somando-se a isso, o emprego de ferramentas audiovisuais também pode ajudar no entendimento de obras mais complexas e filosóficas, o que tornaria o acesso à literatura mais praticável e abrangente para todos os detentos. De forma geral, os seguintes passos poderiam ser seguidos:

1. Seleção prévia e cuidadosa de recursos audiovisuais que serão utilizados (definir filmes e afins que estejam relacionados à leitura literária ou a temáticas relevantes para o contexto prisional);
2. Encontros para a exibição dos recursos audiovisuais (nesses encontros, o professor-mediador deveria incentivar discussões que promovam a relação de filmes, por exemplo, com as leituras já realizadas – ou que serão posteriormente realizadas);
3. Atividades adicionais de registros e reflexões (sugerir exercícios de análises críticas e/ou produção textual a partir dos materiais audiovisuais assistidos e sua comparação com o texto literário semelhante).

Tendo em vista a aplicação dessas propostas no contexto do Presídio Padrão de Santa Rita-PB – como em outras instituições penais –, há de se enfatizar a necessidade de desenvolver esses “projetos” artístico-literários de forma bastante flexível, pois deve-se levar em conta todas as restrições do ambiente prisional.

Todas as abordagens devem focar no aluno/detento, valorizando suas experiências e habilidades, oferecendo cenários para que o estudante possa, cada vez mais, se aproximar da leitura literária e de artes semelhantes. Além disso, o professor-mediador deve – constantemente

³⁸ KADARÉ, Ismail. **Abril despedaçado**. Companhia de Bolso, 2024.

– encorajar a participação ativa de cada um dos detentos, tornando-os protagonistas de um processo educativo que respeite as individualidades e estimule um ambiente respeitoso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões realizadas na pesquisa, pode-se deduzir que a leitura literária realmente exerce uma função essencial no que diz respeito ao desenvolvimento individual (intelectual), social e cultural de sujeitos em situação de privação de liberdade, ao assegurar que estes se relacionem mais satisfatoriamente com suas próprias experiências (habilidades, competências, conhecimentos e vivências) e que entendam/reflitam melhor sobre a sociedade a qual fazem parte.

De outro modo, também se constatou que o ambiente prisional – um espaço tofóbico e rigoroso –, caracterizado por duras regras de vigilância e poder, pode acabar retardando ou anulando completamente as tentativas de reintegrar socialmente os detentos. Apesar dessa realidade, pensar em (“novas”) práticas educacionais e literárias pode ser um caminho na luta contra um sistema tão disciplinar e despersonalizador quanto o ambiente prisional.

Nessa direção, a pesquisa também pode estabelecer caminhos para novos debates (especialmente no âmbito local) acerca do impacto significativo da literatura no que tange a educação em ambientes prisionais e como ela pode ser trabalhada de forma mais intensificada como um recurso essencial em programas de reabilitação.

Futuras pesquisas podem, a partir das discussões práticas e teóricas realizadas neste estudo, explorar mais profundamente (e na prática) como diferentes gêneros, formas literárias e abordagens pedagógicas bem desenvolvidas podem ser adaptadas e utilizadas para diferentes contextos prisionais. Além do mais, também seria interessante se futuras pesquisas investigassem os resultados à longo prazo dessas práticas aqui discutidas no processo de reabilitação social dos sujeitos.

Por meio das entrevistas realizadas e da sondagem das práticas educativas existentes no ambiente prisional, também foi possível presumir que, mesmo com muitos desafios, limitações estruturais e financeiras, deve-se haver um empenho para a aplicação de projetos literários: é possível realizá-los com mais organização, desde que bem adaptados à realidade da unidade prisional.

Tendo em mente a superação dos inúmeros desafios que ocorrem no sistema educacional penitenciário, recomenda-se ao poder público buscar novas políticas públicas e uma cooperação com universidades, ONGs e outras organizações culturais, que poderiam ajudar logística e corporativamente.

As propostas, sugestões e recomendações apresentadas ao longo da pesquisa acentuam a relevância de práticas de leitura literária como um elemento extremamente importante dentro do contexto prisional, especialmente ao considerar as necessidades e desafios específicos do Presídio Padrão de Santa Rita-PB. Uma educação literária, quando associada a práticas artísticas e dinâmicas como oficinas de leitura e escrita criativa, dramatizações e a utilização de recursos audiovisuais, pode ser um recurso proveitoso tanto para o desenvolvimento pessoal quanto sociocultural dos detentos. Esse processo, ao favorecer a expressão individual e coletiva dos detentos (que devem ser pensados como protagonistas), contribui não só para o progresso intelectual, mas também para a construção de um espaço de (auto)reflexão e crítica social, permitindo a ampliação de possibilidades de reinserção na sociedade.

Em geral, essa pesquisa poderá servir como base para futuras intervenções pedagógicas e literárias em ambientes prisionais, visto que o trabalho conta com uma ampla discussão teórica sobre o uso da literatura em contextos com sujeitos privados de liberdade. Ao discutir e analisar como as práticas de leitura literária contribuem para processos de "ressocialização" de sujeitos, e ao sugerir métodos e abordagens baseadas em teorias e experiências concretas, a pesquisa oferece vários exemplos – que podem ser adaptados para outras instituições penais – de como trabalhar a literatura no contexto prisional, tendo o detento como principal protagonista do processo.

Ao final, entendeu-se que, embora haja diversos obstáculos, a leitura literária pode ter a capacidade de agir como o principal instrumento de desenvolvimento socioeducativo em ambientes prisionais ao oferecer aos detentos – sujeitos tão discriminados – novas maneiras de se autoidentificarem e se sentirem valorizados e pertencidos à sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ueliton Santos de; FERREIRA, Fábio Félix. Crise no sistema penitenciário brasileiro: capitalismo, desigualdade social e prisão. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 3, n. 1, 2014.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação. **Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade**, p. 95-103, 2013.

ASSIS, Caio Vinícius Rocha Marcolino de. **O direito a segunda chance**: os desafios no processo de ressocialização dos apenados no Brasil. 2023. 22 f. Artigo Científico (Direito) - Universidade Potiguar (UnP), [S. l.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/35790>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BETTO, Frei *et al.* **Teatro e prisão**: dentro da cena e da cadeia. [s.d.]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57273/60255>. Acesso em: 19 set. 2024.

BOECHAT, Mhyrna; KASTRUP, Virgínia. A experiência com a Literatura numa instituição prisional. **Psicologia em revista**, v. 15, n. 3, p. 22-40, 2009.

BRESSAN, Flávio. O método do estudo de caso. **Administração on line**, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2000.

CANDIDO, A. **Direitos humanos e literatura**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARRASCOSA, Denise. **Técnicas e políticas de si nas margens, seus monstros e heróis, seus corpos e declarações de amor**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2015.

CEIA, Carlos. **O poder da leitura literária**. 2009.

COSSON, Rildo. A prática da leitura literária na escola: mediação ou ensino?. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 26, n. 3, p. 161-173, 2015.

_____. **Letramento literário**: teoria e prática. Editora Contexto, 2015.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Editora Brasiliense: São Paulo. 2005.

DIAS, Camila Nunes. Disciplina, controle social e punição: o entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, p. 113-127, 2014.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira; ESQUINSANI, Valdocir Antonio. Leitura, patrimônio cultural e lugares de memória: o papel da escola. **Ágora**, v. 13, n. 2, p. 253-262, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2019. 302 p.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 1961. 316 p.

GOMES, Alberto Albuquerque. Estudo de caso-Planejamento e métodos. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 15, n. 16, 2008.

GOMES, Luciano Ferreira; BORTOLIN, Sueli. Biblioteca escolar e a mediação da leitura. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 157–170, 2012. DOI: 10.5433/1679-0383.2011v32n2p157. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/11962>. Acesso em: 16 out. 2024.

JORGE, Patrícia Gonçalves; CUNHA, Karina Zendron da; RAMOS, Suelen. Círculos de leitura e letramento literário em espaços de privação de liberdade. **Em Extensão**, v. 18, n. 3, 2019.

GRACIANO, M. (Org.). **Educação também é direito humano**. São Paulo: Ação Educativa, Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento, 2005.

KUCHNIR, Taís. **Superlotação ou déficit de vagas no Sistema Prisional brasileiro?: uma análise das narrativas por trás das políticas penitenciárias**. 2022.

MAIA, Bruna Aparecida Thalita. **Despersonalização: ferramenta de controle das instituições prisionais para além da pena de reclusão**. (2019).

MARÍAS, Julián. **Persona**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

MASCARO, Laura Degaspere Monte. **O papel da literatura na promoção e efetivação dos direitos humanos**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NASCIMENTO, Vítor Pereira Lelo. **O ambiente prisional sob a óptica da literatura brasileira: transformações e desafios**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, Camila de Almeida; FERNANDES, Jean Carlos Matos; SILVA, Cristian Kiefer da. Melhorias no sistema penitenciário brasileiro visando a reintegração social do preso: uma análise da função dos presídios na redução dos índices de criminalidade. **Revista FT**, [s. l.], v. 27, ed. 128, 2023. DOI 10.5281/zenodo.10157066. Disponível em: <https://revistaft.com.br/melhorias-no-sistema-penitenciario-brasileiro-visando-a-reintegracao-social-do-preso-uma-analise-da-funcao-dos-presidios-na-reducao-dos-indices-de-criminalidade/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PINHEIRO, Hélder *et al.* **Literatura e formação de leitores**. Campina Grande: Bagagem, 2008.

RAMOS, Flavia Brocchetto; PANOZZO, Neiva Senaide Petry; ZANOLLA, Taciana. Práticas de leitura literária em sala de aula. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 46, n. 2, p. 1- 12, 2008.

RANGEL, Flavio Medeiros; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Superlotação das prisões brasileiras: Operador político da racionalidade contemporânea. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 21, p. 415-423, 2016.

RIBEIRO, Sofia Regina Paiva. **Múltiplos saberes na EJA: Patativa do Assaré** letramento literário e regionalismo. 2018.

RODRIGUES, Marília Valvassori *et al.* A crise no sistema prisional brasileiro. **Revista FT**, [s. l.], v. 27, ed. 118, 2023. DOI 10.5281/zenodo.7589722. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-crise-no-sistema-prisional-brasileiro/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SANTOS, Caroline de Santana. CASTRO, Leonardo. Leitura e escrita: proposta de ação libertária para custodiados na penitenciária lemos brito. In: CAMPOS, Aline *et al.* **Jornada de Estudos sobre Educação de Jovens e Adultos em contextos de privação e restrição de liberdade**. 2020.

SILVA, Alexsandro Rodrigues da. **A leitura literária no cárcere e o processo de humanização dos leitores no presídio de Itaqui-PE**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasil.

SILVA, Camila Rodrigues da *et al.* População carcerária diminui, mas Brasil ainda registra superlotação nos presídios em meio à pandemia. In: G1: **Monitor da Violência**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/populacao-carceraria-diminui-mas-brasil-ainda-registra-superlotacao-nos-presidios-em-meio-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SILVA, Carolina Reis Theodoro da; PERUZZO, Pedro Pulzatto. A literatura como direito humano. Anamorphosis: **Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 5, n. 2, p. 515-538, 2019.

SILVA, Débora Cristina Santos e; CAMARGO, Goiandra Ortiz de; GUIMARÃES, Maria Severina Batista (Ed.). **Olhar o poema: teoria e prática do letramento poético**. Cênone Editorial, 2012.

SILVA, Isa Monteiro. O professor como mediador. **Cadernos de Pedagogia Social**, n. 1, p. 117-123, 2007.

SILVA, Kellen de Lima; FERNANDES, Juliana Cristina da Costa. O ato de ler como instrumento de emancipação humana: importância das práticas de leitura na escola. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e763997799-e763997799, 2020.

SILVA, Vanessa Érica Santos da; SANTANA, Jaqueline Rosário. **Ensino nas prisões como parte do combate à superpopulação carcerária: competências requeridas dos docentes**. 2018.

TEIXEIRA, Roberta Ramos; ROCHA, Fátima Niemeyer da. O ambiente carcerário e a ressocialização do sujeito: desafios e possibilidades. **Revista Mosaico**, v. 11, n. 2, p. 117-123, 2020.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.